

SÉCULO XXI

REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ESPM

V. 16, Nº1, Jan-Jun 2025



RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

ESPM

ISSN: 2236-871X

EDITORIAL

É com satisfação que apresentamos aos leitores uma nova edição da Revista Século XXI, em um contexto marcado por transformações profundas na ordem internacional. Mudanças na distribuição do poder, disputas geopolíticas, reconfigurações econômicas e questionamentos sobre os modelos de desenvolvimento têm ampliado os desafios para a compreensão das Relações Internacionais contemporâneas.

Os três artigos que compõem esta edição partem de objetos e perspectivas distintas, mas convergem ao colocar em questão estruturas, conceitos e relações de poder que ajudam a compreender as transformações do sistema internacional.

O artigo de Daniel Lorenzo Gemelli Scandolara, ao revisitar a permanência do sultanato otomano no período posterior à Primeira Guerra Mundial, chama atenção para o papel dos interesses das grandes potências na reorganização da ordem internacional. A análise histórica contribui para uma questão que permanece atual: como interesses estratégicos, disputas de poder e decisões das principais potências condicionam os processos de transformação da ordem internacional.

A contribuição de Wilton Serrote desloca a discussão para um dos conceitos centrais do debate internacional contemporâneo: o desenvolvimento. Ao colocar em diálogo diferentes perspectivas teóricas, o artigo questiona concepções consolidadas sobre progresso econômico e industrialização e evidencia a necessidade de incorporar outras interpretações sobre os caminhos do desenvolvimento. Em um cenário de crescente discussão sobre desigualdades, sustentabilidade e os limites dos modelos tradicionais de crescimento, essa reflexão ganha particular relevância.

Por sua vez, o estudo de Bianca Marcolino Perdiz, Guilherme Henrique Sponchiado Serra, Júlia Zi Xing Huang, Livia Maria Faloppa e Camilla Silva Geraldello contribui para aproximar o debate internacional de uma escala frequentemente menos explorada: a dimensão regional e local. Ao analisar a evolução das importações de Ribeirão Preto, o trabalho evidencia como transformações econômicas, tecnológicas e produtivas se

materializam em territórios específicos e se relacionam com processos mais amplos de inserção econômica.

A diversidade dos artigos desta edição também reflete uma característica importante do campo das Relações Internacionais: sua capacidade de conectar diferentes escalas de análise e dialogar com a história, a economia e os estudos sobre desenvolvimento. Em um mundo marcado por mudanças aceleradas, compreender as relações internacionais exige não apenas acompanhar os acontecimentos mais imediatos, mas também revisitar conceitos, processos históricos e estruturas que ajudam a explicar suas transformações.

É nesse sentido que a Revista Século XXI reafirma seu compromisso com a produção e a circulação de conhecimento sobre temas relevantes para a compreensão do mundo contemporâneo, valorizando diferentes perspectivas teóricas, metodológicas e objetos de pesquisa.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

OS EDITORES

A GRANDE GUERRA E A INTEGRIDADE OTOMANA AOS OLHOS LONDRINOS (1918-1920)

DANIEL LORENZO GEMELLI SCANDOLARA¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

danieugescan@gmail.com

Resumo: Este texto analisa, a partir da perspectiva britânica, os motivos pelos quais o Império Otomano continuou existindo como um sultanato após a Primeira Guerra Mundial, apesar de sua derrota. Enquanto grande parte dos estudos foca nas regiões do Oriente Médio transformadas em mandatos franco-britânicos, este estudo se concentra na chamada “parte turca” do Império. Argumenta-se que a continuidade do sultanato era desejável para o Império Britânico, e o texto se estrutura em três eixos: as prioridades britânicas antes das negociações de paz; os debates internos entre ministros britânicos durante as negociações do chamado “tratado otomano”; e, por fim, a conclusão de que manter o sultanato atendia aos interesses britânicos no pós-guerra.

Palavras-chave: Otomano; Britânico; império; estado; sultanato.

THE GREAT WAR AND OTTOMAN INTEGRITY IN LONDON’S EYES (1918–1920)

Abstract: This writing analyzes, from the British perspective, the reasons why the Ottoman Empire continued to exist as a sultanate after World War I, despite its defeat. While most studies focus on the Middle Eastern regions that were turned into French and British mandates, this study concentrates on the so-called “Turkish part” of the Empire. It argues that the continuation of the sultanate was desirable for the British Empire, and the argument is structured around three main points: British priorities before the peace negotiations; internal debates among British ministers during the negotiations of the so-called “Ottoman treaty”; and, finally, the conclusion that preserving the sultanate served British interests in the post-war period.

Keywords: Ottoman; British; empire; state; sultanate.

1 Possui bacharelado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2017), mestrado em História Contemporânea pela Universidade de Brasília (2020) e mestrado em Direitos Humanos e Democratização pelo Global Campus of Human Rights (CES, sede em Yerevan, Armênia) (2022). Autor do livro “Um Estopim em 1914: a política britânica em relação ao Império Otomano e sua preservação” (Dialética, 2022). Email: *danieugescan@gmail.com*

INTRODUÇÃO

Muito do que já foi estudado sobre a dissolução do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial enfoca-se nas partes médio-orientais que foram transformadas em mandatos franco-britânicos no pós-guerra. Em relação à “parte turca”, o processo que levou de 1919 a 1920 para ser concluído pelas Potências Aliadas já também foi consideravelmente discutido, porém, sem se atrelar tanto aos porquês da continuidade daquele Estado como um sultanato no pós-guerra.

Este breve escrito, baseado no ponto de vista britânico, considera tais porquês e como a forma do Império Otomano tal como era antes da guerra ajuda a entendê-los. O fator principal, portanto, está em entender o quanto a continuidade do sultanato era desejável para o Império Britânico.

Neste sentido, o texto se organiza em três eixos: o primeiro discute quais eram as prioridades da agenda britânica quanto ao futuro do Império Otomano, já derrotado, antes das negociações de paz com os Aliados. O segundo discute tais negociações, as quais considerariam um “tratado otomano”, dando maior destaque aos ministros britânicos e identificando suas opiniões em relação ao que deveria ser feito do Império. Por fim, o terceiro eixo, a “conclusão”, exprime que a continuidade era daquele Estado como um sultanato era desejável.

CONHECIMENTO DE PRIORIDADES

Às vésperas da Conferência de Paz em Paris, que se iniciaria em janeiro de 1919, o Conselho de Ministros britânico tinha noção de que seus compromissos e preferências em relação ao “Oriente” deveriam ser minimamente revisados e estabelecidos. O Império Otomano estava rendido a partir da assinatura do Armistício de Mudros, em outubro, e tudo seria posto à mesa de negociações junto às outras Potências Aliadas (França, Itália e Estados Unidos).

Já se tinha claro que a este Estado os territórios otomanos “mesopotâmicos” do pré-guerra não fariam parte, uma vez que as negociações secretas conduzidas junto à França entre 1915 e 1917 provinham um delineamento a esse respeito. Contudo, a extensão deste Estado na região da Anatólia e Europa Oriental, partes otomanas “sobressalentes”, passou a ser rediscutida com o colapso da Rússia Imperial e a adesão da Itália ao bloco dos Aliados².

2 CAB/42/11/5; AGREEMENT Between France, Russia, Great Britain and Italy,” opened for signature April 26, 1915. Miscellaneous, n. 7, 1920, p. 5–6.

As negociações com Roma haviam estabelecido, previamente, que quase toda a costa mediterrânea de oeste a sul da Anatólia seria concedida ao reino italiano, além de que este teria uma “área de influência”, ao nordeste, dentro de um Estado turco. Isto não excluía que, dentro dos limites destas duas zonas, algumas concessões existissem: a cidade de Esmirna devia ser um porto franco para o comércio britânico e francês; a tarifa aduaneira otomana já existente deveria permanecer em vigor por vinte anos; e o funcionamento da chamada “Ferrovia Aidin”, uma propriedade britânica dentro do Império, deveria ser garantido e respeitado³.

Por sua vez, a saída da Rússia da guerra cancelou os acordos secretos iniciais que estabeleciam o controle de Constantinopla e de uma região no extremo leste da Anatólia, que se entendia da fronteira com a zona francesa ao sul até o Mar Negro⁴. Desta maneira, os Estreitos de Dardanelos e Bósforo, tão importantes econômica e estrategicamente aos desejos britânicos por ligarem o Mar Negro ao Mediterrâneo, estavam “livres” para que Londres decidisse sua preferência, a qual se alinhou ao comando de que estes deveriam ser internacionalizados, fora do controle direto de qualquer potência europeia.

Além disso, a saída russa da guerra permitiu que o desejo britânico de estabelecimento de um Estado armênio independente fosse possível no extremo leste da Anatólia. Mesmo que sem fronteiras exatamente claras, a ideia residia que tal Estado encontrasse seus limites anatolianos nas áreas onde os turcos fossem indubitavelmente maioria. Além disso, almejava-se que a Armênia, após um período sob tutela de uma “potência neutra”⁵ e amigável a Londres, eventualmente se tornasse “uma barreira eficaz contra o panturanismo⁶ e também contra a agressão de potências estrangeiras em direção aos países árabes”⁷.

Em discussões que se iniciaram em meados de novembro, o Conselho tinha em mente que não havia se comprometido “a abrir mão de quaisquer de seus direitos, relações, facilidades ou outros interesses preexistentes, políticos ou econômicos, nessa região (por exemplo, possessões territoriais, protetorados, capitulações, concessões a súdi-

3 CAB/24/72, p. 10.

4 BUCHANAN, Sir G. Carta, mar. 1915. In: LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (Ed.). *The Mirage of Power*. Vol. 3: *The Documents*. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972. p. 511.

5 “Neutro” excluía a Itália e a França. Já havia sido indicado que a potência “neutra e amigável” ideal seria os Estados Unidos.

6 O panturanismo era entendido como o equivalente a “panturquismo”, uma ideologia proclamada pelo partido governante do Império Otomano no início da guerra. Em termos gerais, a ideia era unir todos os povos de origem turca em um único Estado de forma territorial contínua. Assim, desde o território da atual Turquia até partes da Ásia Central.

7 “[...] an effective barrier against Pan-Turanianism, and also against the aggression of foreign Powers in the direction of the Arab countries”. CAB/24/72, p. 10.

tos britânicos, etc.)” em relação ao Império Otomano⁸. Também se constatava que “de modo geral, as populações não turcas devem ser libertadas do domínio turco e ter uma oportunidade de vida nacional e desenvolvimento econômico”⁹. Nesta direção, em 21 de novembro, um memorando redigido pelo Departamento de Inteligência do *Foreign Office*¹⁰ instruía os ministros de que, no que dizia respeito à parte europeia do Império e a Anatólia, o governo de Sua Majestade não estava interessado em impedir que um Estado Nacional turco fosse mantido¹¹.

O entendimento dos compromissos junto às outras Potências, assim como Londres enxergava como sua *desiderata*, poderiam apenas aparentar o que seria tirado de Constantinopla, à primeira vista. Porém, suas entrelinhas já representavam, em estágio inicial, demonstrações de como o Império Britânico lidaria com a questão do ponto de vista da existência e forma do Estado otomano “pós-tratado de paz”: a “pátria turca” não deveria ser destruído e o que restasse dele deveria ser o “lar nacional” dos turcos.

Portanto, nos momentos antecessores às negociações de paz, as decisões em Londres eram confluentes ao fato de que, ao final de tudo, um Estado turco “para os turcos” existiria em uma parcela reduzida do norte-noroeste da Anatólia. Mas haveria alguma ideia de qual seria sua forma política naquele momento?

As discussões aparentavam não contemplar essa questão. Neste ponto, relembrar o relatório do dia 21 de novembro é novamente frutífero, uma vez que ao se mencionar o que Reino Unido não havia se comprometido a abrir mão, o que se ilustrava era justamente a lógica ministerial naquele momento era de uma “simples” continuidade do que já existia com algumas alterações territoriais. A decisão do Conselho de Ministros de que a futura residência do sultão otomano no pós-guerra ficaria indefinida até que as conversas em Paris se iniciassem era um forte indicativo desta manutenção de um “redesenhado” Império Otomano como algo que ele já era, um sultanato¹².

Ou seja, a postergação de uma decisão sobre se o monarca otomano permaneceria em Constantinopla ou se seria “jogado” para outra cidade dentro do Estado turco ia além de um simples desacordo entre correntes internas do governo britânico e suas razões para tal. Implicava que, mesmo que não se dissesse diretamente ou se desse conta a re-

8 “(...) to giving up any of their pre-existing rights, relations, facilities, or other interests, political or economic, in this region (e.g., territorial possessions, protectorates, capitulations, concessions to British subjects, &c.)”. CAB/24/72, p. 3.

9 [...] in general way that the non-Turkish populations shall be liberated from Turkish misrule, and given an opportunity of national life and economic development. CAB/24/72, p. 3.

10 O Ministério das Relações Exteriores, comumente referido como Foreign Office, é o órgão do governo britânico responsável por administrar as relações, a diplomacia e a política externa do Reino Unido com outras nações.

11 CAB/24/72, p. 10.

12 CAB/24/72, p. 10; 19.

speito, o molde de um Estado já estava na mesa. Mas isto tudo podia ser momentâneo, já que as decisões não eram oficiais e se teria uma caminhada de negociações.

NEGOCIAÇÕES DE PAZ E SEUS DESDOBRAMENTOS

Que as negociações específicas ao futuro otomano na Conferência de Paz de Paris, ocorridas entre abril e junho de 1919, não chegaram a uma conclusão é um fato. Os esboços do que seria um território “turco” propostos variaram, com reduções de tamanho eventuais para além da ideia que o Reino Unido tinha primariamente, além de esquemas que propunham administrações diversas. O primeiro-ministro britânico, David Lloyd George, enviado à Paris para negociar junto ao chamado “Supremo Conselho”¹³ tinha certa autonomia para propor e negociar arranjos, mas não para decidir sem o aval de seus ministros em Londres e da chamada “Delegação Britânica”, uma equipe especial enviada para auxiliá-lo nas negociações na capital francesa, composta por membros do *Foreign Office*, do *India Office*¹⁴ e do Secretariado de Guerra (*War Office*).

Esta Delegação entrou em especial ativação em maio, quando um plano que previa a divisão da Anatólia “turca” em duas entidades políticas separadas indicou certa confluência entre os membros do Supremo Conselho. Lloyd George, que havia indicado o desenho que levou a esta configuração, propôs que, nesta ordem, o sultão permaneceria em Constantinopla, detendo soberania nominal sobre um Estado anatoliano dividido em dois mandatos, um francês e outro italiano (HELMREICH, 1974, p. 117).

A Delegação Britânica, contudo, não concordava com uma divisão nestes termos e a vetou. A vocalização feita de Arthur Balfour, então Secretário de Relações Exteriores e membro da Delegação, era bastante ilustrativa da linha seguida por muitos de seus companheiros, defensora de que os turcos deveriam permanecer em sua “verdadeira pátria”, o bloco central da Anatólia, sob nenhum mandato, sem ignorar que o controle internacional sobre o Estado que existia antes da guerra deveria permanecer¹⁵.

O ponto em que Balfour se diferenciava de alguns de seus colegas estava em onde o sultão o permaneceria: para ele, o monarca otomano deveria ser retirado de Constantinopla, enquanto outros, especialmente membros do *India Office*, encabeçados por Edwin Montagu, Secretário de Estado da Índia, apontavam para importância desta per-

13 O “Conselho Supremo” era formado pelos chefes executivos da Itália (Vittorio Orlando), do Reino Unido, da França (Georges Clemenceau) e dos Estados Unidos (Woodrow Wilson).

14 O India Office era um departamento do governo britânico com fins de supervisionar a administração do domínio da Coroa na Índia e em suas presidências e províncias, por meio do vice-rei britânico e de outros funcionários. Os territórios administrados abrangiam a maior parte das nações atuais do subcontinente indiano, bem como o Iêmen e outros territórios ao redor do Oceano Índico. Era chefiado pelo Secretário de Estado da Índia, um membro do gabinete britânico, que era formalmente assessorado pelo Conselho da Índia.

15 CAB/24/95/93, p. 325.

manência para as populações do Islã sob controle de Londres, já que o sultão detinha o título de califa¹⁶.

Dias depois, ao comunicar o veto de seu governo aos representantes Aliados, Lloyd George, que já demonstrara não se importar com a permanência do sultão na capital otomana, rememorava um discurso que fizera em janeiro de 1918, que dizia que o governo britânico não contestava a “manutenção do Império Turco nas pátrias da raça turca, com sua capital em Constantinopla”¹⁷.

Quando Woodrow Wilson, presidente norte-americano, propôs ao Supremo Conselho um arranjo em que o sultão seria soberano sobre todo o território da Anatólia “turca”, podendo, caso quisesse, permanecer em Constantinopla – ainda que sem soberania sobre seu entorno e Estreitos – o Conselho de Ministros britânico rejeitou a proposta. A recusa, todavia, não residiu nos fundamentos da ideia de Wilson quanto à posição do sultão e de seu Estado, mas no fato em que este deveria aceitar o aconselhamento de um Poder em assuntos específicos, como financeiros e econômicos, sendo a França a escolha provável para a tarefa. Logo, aquilo foi entendido como sendo, na prática, um mandato francês “escondido” (HELMREICH, 1974, p. 120).

Os assentamentos propostos por Londres levavam em consideração uma hipotética responsabilidade norte-americana na área de Constantinopla, Estreitos e Armênia, mas estes eram pontos que os Estados Unidos não haviam se comprometido a honrar e que seriam deliberados posteriormente por seu Senado. Portanto, era contraproducente negociar em bases incertas.

A posição oficial adotada pelo governo britânico foi de esperar uma resposta norte-americana, almejada para agosto, para então discutir o assunto otomano. Porém, quando setembro já estava em seu final e um retorno de Washington ainda era pendente, Lloyd George se sentia confortável o suficiente para afirmar aos seus ministros que a situação otomana deveria ser considerada pelo Gabinete o mais cedo possível, algo, por sua vez, consentido¹⁸. Tendo isso em mente, o raciocínio adotado foi o de negociar diretamente com a França as linhas gerais de um tratado, com quem o governo detinha a maior parte de seus compromissos.

Uma primeira reunião, bastante preliminar, foi realizada em Londres, em 03 de dezembro. Amplamente focada na discussão dos mandatos franco-britânicos na Mesopotâmia, a conversa entre Lloyd George e M. Louchet, representante francês, não aparentou, de

16 CAB/24/95/93, p. 325-326.

17 MONTAGU, Edwin. Memorando, dez. 1919. In: LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (Ed.). *The Mirage of Power*. Vol. 3: *The Documents*. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972. p. 744.

18 CAB/23/37/1, p. 13.

acordo com suas minutas, interessar-se muito na questão da Anatólia. Loucher trouxe consigo um esboço de plano e, em relação ao Estado “turco”, o cerne apresentado era manter o sultão em Constantinopla, porém com os Estreitos controlados pela França e o Reino Unido, por meio de um conselho anglo-francês para sua administração. Como foi dito, porém, este seria um controle a ser feito por detrás de uma “fachada turca”¹⁹.

Ainda que sem uma definição clara dos limites deste Estado, outros conselhos seriam necessários: um para a administração das ferrovias, e outro, este “anglo-franco-italiano”, para a exploração de carvão no distrito de Heraclea²⁰. Ele argumentou que, se a França tivesse que permanecer na Cilícia, algum grau de proteção para os armênios locais deveria ser realizado por meio de uma ligação de um oficial ou administrador britânico ou francês “com a equipe dos Valis turcos e altos funcionários”²¹. Nesse sentido, Loucher estava indicando não apenas que, em caso de, não era almejado um controle direto da região, mas também possíveis fronteiras do sultanato.

Quando o primeiro-ministro britânico se reuniu com seu Conselho para discutir o diretamente o esboço de Loucher, o debate centrou-se no futuro do sultão em Constantinopla. Neste momento, os ecos que vinham desde antes da Conferência de Paris se mostravam claramente. Ministros como Lorde George Curzon (Secretário de Relações Exteriores), Balfour (Lorde Presidente do Conselho) e o próprio Lloyd George expressaram sua oposição.

Curzon, talvez o mais entusiasmado defensor da alternativa de expulsar o sultão de sua capital, defendeu que uma Comissão Internacional administrasse Constantinopla e o Estreito, com os turcos sendo privados dessa região. Para ele, a temida questão da reação do Islã seria, na verdade, minimizada se o sultão fosse removido, uma vez que sua permanência seria vista no mundo muçulmano como prova de que “nunca o havíamos realmente derrotado, e ele se tornaria imediatamente o centro da reação e de futuros problemas”²². O ministro, não obstante, propôs um plano alternativo em caso de reação do sentimento muçulmano e/ou indiano: o monarca otomano poderia residir em Constantinopla sem qualquer autoridade sobre ela, em uma espécie de “vaticano”, enquanto a capital oficial do sultanato não seria a cidade. Permanecendo ou não, o Curzon frisou que esferas de controle econômico deviam ser definidas a cada Aliado, além de que cada um detivesse o controle de um órgão do Estado otomano²³.

19 CAB/23/35/2, p. 14.

20 CAB/23/35/2, p. 13-14.

21 CAB/23/35/2, p. 14. “Vali”, em turco, seria uma espécie de administrador local.

22 “[...] we had never really defeated him, and he would come at once the center of reaction and future trouble”. CAB/23/35/4, p. 36.

23 CAB/23/35/4, p. 30-32;

Enquanto Balfour repetia seus argumentos defendidos claramente na Conferência de Paz, Lloyd George, por sua vez, entendia que era preferível que o sultão e seus ministros fossem transferidos para Bursa, onde seria sua capital. Lá, portanto, ele ficaria longe dos perigos que a presença de Poderes europeus na cidade representaria na conjuntura de pós-tratado, já que, entre outras coisas, o sultão teria apenas uma guarda pessoal. Nesse aspecto, os franceses eram especialmente perigosos, pois “sempre tentavam influenciá-lo”²⁴. Em caso de permanência, as palavras do primeiro-ministro também demonstravam que o sultão não poderia ter controle direto sobre os Estreitos de jeito nenhum, já que isto tiraria o controle absoluto europeu de trânsito livre entre o Mar Negro e Mediterrâneo²⁵.

Se Bonar Law (Lorde do Selo Privado) se punha em uma posição neutra quanto à questão, indicando que a permanência deveria ser condicionada ao quanto esta afetaria o futuro britânico na Índia, Egito e “Mesopotâmia”; Edwin Montagu (Secretário de Estado da Índia), H.A.L Fisher (Secretário de Estado da Educação) e Winston Churchill (Secretário de Estado da Guerra) punham-se em outra.

Montagu vocalizava as preocupações de seu ministério, enfatizando que as reações da comunidade muçulmana seriam potencialmente destrutivas se o monarca otomano, vigente califa do Islã, fosse expulso de Constantinopla, a tal ponto que a ideia nem a ideia de um “Vaticano do sultão” seria real efeito apaziguador²⁶. Era evidente que uma Comissão Internacional administraria a cidade e os Estreitos, mas o acordo de paz deveria observar que esta o faria em nome do sultão, que permaneceria na cidade²⁷.

Enquanto Fisher estava de acordo com Montagu, defendendo a permanência pelos mesmos motivos e dentro da mesma proposta “nominal”, Churchill, por sua vez, não detinha fixa posição sobre a permanência, porém não por conta de uma indecisão como a de Bonar Law. De fato, sua posição reiterava que apoiaria qualquer decisão que fosse tomada por Lloyd George e Clemenceau quanto ao futuro da questão otomana, uma vez que as condições militares e de controle Aliado da Anatólia se deterioravam progressivamente e havia real perigo de uma penetração bolchevique Oriente Médio adentro²⁸.

No entanto, ao identificar que seria perigoso deixar o sultão residir em Bursa, porque lá “ele gradualmente reuniria ao seu redor Mustafá Kemal, Enver, Trotsky e outros; que o ajudariam a construir uma enorme força hostil e transformariam a Ásia Menor e a

24 CAB/23/35/4, p. 36-7.

25 CAB/23/35/4, p. 37.

26 CAB/23/35/4, p. 32.

27 CAB/23/35/4, p. 32.

28 CAB/23/35/4, p. 33; 39.

Arábia em um (...) caldeirão de problemas”²⁹, assim sendo que, portanto, “seria sensato (...) mantê-lo em Constantinopla, sob nossos olhos”³⁰, Churchill foi além de indicar uma predileção pela cidade.

Este pensamento ilustrava a percepção britânica de que a resistência formada por Mustafa Kemal em meados daquele ano, centrada na Anatólia, não era “revolucionária”, mas sim uma reação nacionalista com o intuito de defender o sultanato das “invasões Aliadas” ocorridas após o Armistício de Mudros, as quais tomaram conta de grandes partes da Anatólia. Logo, Kemal e suas tropas lutavam pelo sultanato otomano³¹. Ademais, ao citar-se Ismail Enver, um dos chefes do triunvirato ditatorial que colocou o Império Otomano na guerra e fervoroso panturanista, se reforçava o entendimento de que os turcos seriam consonantes entre si em prol do Império tal como ele era antes do conflito, bem como se apontava para o perigo do ressurgimento de antigas demandas, as quais eram desfavoráveis aos intuítos de britânicos.

Deste raciocínio, portanto, evoluiu a constatação britânica de que a constituição de condições para um sultão “forte” no futuro, o que passaria pelo tratado de paz, seria um problema para a segurança dos interesses Aliados³². Portanto, a guia das ações de quem negociaria o tratado com os franceses seria não permitir que esse desse condições para tal. Quanto a Constantinopla, a divisão do Conselho de Ministros era uma dúvida que apenas apontava, de forma cada vez mais clara, de que a manutenção de um sultanato era desejável e, mesmo que com alguns limites e controles, útil. A questão que se impunha era muito mais até que ponto o local específico da residência do sultão traria mais benefícios ao Império Britânico após o tratado.

Lloyd George e Curzon negociaram um esboço de tratado com Clemenceau e Philippe Berthelot, diplomata francês encarregado, considerando a questão do ponto de vista que achavam mais vantajoso: a expulsão de Constantinopla. Nas conversas que se seguiram até o final do mês de dezembro, os representantes dos dois países chegaram a um arranjo que punha que o sultanato continuaria a existir, mas Constantinopla e os Estreitos não fariam parte dele – esta região seria territorial e politicamente separada e governada por uma comissão internacional. Não haveria mandatos nos territórios pertencentes ao sultão, os quais ficariam a oeste da Anatólia, mas os italianos, por sugestão britânica aos franceses, teriam uma zona de prioridade econômica ao sul³³.

29 “[...] he would gradually collect around him Mustapha Kemal, Enver, Trotsky and others, who would help him build up a huge hostile force, and turn Asia Minor and Arabia into a ... cauldron of trouble”. CAB/23/35/4, p. 38.

30 “[...] it would be wise ... to keep him in Constantinople, under our eye”. CAB/23/35/4, p. 39.

31 Discussões que demonstram claramente essa interpretação podem ser encontradas nos seguintes segmentos do Cabinet Papers: CAB/24/101/67, p. 311-320; CAB/24/101/68, p. 321-322; CAB/24/93/60, p. 1-10.

32 CAB/23/35/6, p. 55.

33 CAB/23/20, p. 12.

Nada disso, porém, queria dizer que um grau de controle sobre o governo do sultão findaria: o Conselho da Dívida Otomana continuaria a existir e uma Comissão Financeira, composta apenas pelas grandes potências, seria constituída (HELMREICH, 1974, p. 194). O intuito, portanto, era não apenas proteger os investimentos europeus já feitos no sultanato e manter os largos débitos que este possuía quando do início da guerra, mas também severizar o controle externo sobre suas finanças sem, todavia, ter que remodelar o que já existia. Como o próprio Curzon admitiria, a postura do *Foreign Office* era “[...] colocar seu governo sob tanta ajuda estrangeira e controle administrativo que garantisse que ele não repetisse ali o ultrajante desgoverno do qual tem sido culpado há séculos na Europa”³⁴.

É propriamente nesta direção que as palavras de Clemenceau endereçadas a Lloyd George em 11 de dezembro, posteriormente informadas pelo primeiro-ministro britânico a seu Conselho, abertamente apontavam: com relação ao Império Otomano que “sobraria”, o importante era, sobretudo, que a França mantivesse sua predominância financeira, assim como o Reino Unido sua predominância comercial³⁵.

Sendo a intenção de manter o controle e as benesses econômicas do pré-guerra supostamente “garantidas”, os termos alcançados entre os *Foreign Office* britânico e francês não deixariam de ser criticados por alguns ministros em Londres, assim que obtiveram conhecimento completo de seu conteúdo e puderam discuti-los em reuniões especiais em janeiro de 1920.

O problema era que os detalhes das condições financeiras³⁶ se aprofundavam tanto em sua severidade que o sultanato eventualmente não teria condições de honrar os compromissos do tratado, sem contar que tais condições representariam uma onda de gastos adicionais ao próprio Império Britânico, já que mais tropas seriam muito necessárias para se tentar impor aquele “acordo”. Nesse sentido, forçar demais as coisas e correr o possível risco de “quebrar” o sultanato era um perigo muito considerável para os interesses econômicos da Grã-Bretanha, já que

[...] o comércio do Império Britânico seria perdido se a Turquia caísse no caos. Nosso comércio com a Turquia antes da guerra era de 26%, contra 14%

34 “[...] place his Government under so much of foreign aid and administrative control as to ensure that he should not repeat there the outrageous misgovernment of which he has for centuries been guilty in Europe”. CAB/24/95/95, p. 2.

35 CAB/23/35/5, p. 44.

36 CAB/23/35/6, p. 61-64. Foi acordado que seria formada uma Comissão Financeira entre aliados, que supervisionaria o funcionamento e a equipe do sistema financeiro turco por meio de uma rede de supervisores turcos. A Comissão Financeira teria que aprovar o orçamento do governo antes que ele pudesse ser submetido ao parlamento, e não seriam permitidas emendas que não tivessem a aprovação da comissão. Ela também estaria envolvida na regulamentação da moeda e manteria um veto sobre empréstimos internos ou externos do governo. O Conselho da Dívida Otomana permaneceu separado desse comitê, muito por insistência francesa - afinal, 60% da dívida pertencia aos acionistas franceses e Paris estava preocupada em preservar essa ordem. Esses termos foram expressos no Tratado de Sèvres definitivo, especialmente nos artigos 231, 232 e 233.

da Alemanha e 12% da França: em outras palavras, os interesses comerciais britânicos eram quase o dobro dos interesses de qualquer outra potência. A perda do comércio na Anatólia significava milhares de desempregados em Manchester³⁷.

Estes protestos, que em parte englobavam argumentos de Montagu e Churchill, mas que também traduziam a preocupação de Curzon de manter um controle financeiro exacerbado para garantir a perduração dos interesses comerciais britânicos, apenas denotavam uma diferença de ponto de vista em relação à aplicabilidade de um tratado de paz para uma entidade política que continuaria “naturalmente”, ainda que bastante “descontada”. Afinal, conforme um relatório de 11 de janeiro constataria, os números de para 1913 indicavam que mais de um quarto de todo o comércio do Império Otomano era inglês, o que era mais que o dobro do número de qualquer outra potência³⁸.

Contudo, os termos financeiros, ainda que tivessem sido fonte de protesto naquele início de janeiro, ficaram um pouco de lado, já que a pauta principal foi discutir, novamente, Constantinopla. Em duas reuniões especiais, ocorridas no dia 05 e 06, muito se debateu sobre o destino da cidade e foi no dia 06 que uma decisão foi finalmente alcançada, a qual deveria ser diretriz para negociar com os franceses. Ou seja, conforme informam as minutas deste dia, “considerável maioria” do Conselho concordou em manter o sultão em Constantinopla (algo oficialmente expresso como conclusão governamental), mas sem uma força sob seu comando – à parte de, possivelmente, forças de guarda pessoal e de polícia³⁹.

Porém como se chegou a isso? Ainda que as minutas dos dois dias tenham ocultado os nomes de quem disse o que, a retrospectiva dos argumentos, bem como a análise de outros documentos, indica que a síntese de muitos pontos de vista favoráveis à manutenção batia com afirmações de Montagu, assim como muitos dos de oposição com Curzon⁴⁰. Por exemplo, o impacto da retirada do sultão, califa vigente, da capital otomana foi apontado como especialmente explosivo para o Islã indiano, enquanto se objetou que isso não seria um fator real para preocupação e que sua permanência seria uma demonstração de que ele nunca tinha sido derrotado⁴¹. Porém, desta vez, o que se diferenciou foram as tentativas de se enxergar se uma permanência seria efetiva do

37 “[...] the trade of the British Empire would be lost if Turkey fell into chaos. Our trade before the war with Turkey was 26% as against Germany’s 14% and France’s 12%: in other words, British commercial interests had been nearly twice those of any other power. Loss of trade in Anatolia meant thousands out of work in Manchester”. CAB/23/20, p. 18.

38 CAB/23/35/6, p. 55.

39 CAB/23/20, p. 07-08.

40 Muitas passagens, referentes à Índia, são quase idênticas ao que Montagu escreveu em um memorando; assim como os argumentos da oposição são muito semelhantes aos de Curzon, sendo que algumas passagens são muito parecidas com as linhas de um memorando que o secretário escreveu em repúdio a Montagu em 4 de janeiro. Conferir, por exemplo, os documentos sob os seguintes rótulos: CAB/24/95 e CAB/24/95/95.

41 CAB/23/20, p. 11; 16-17.

ponto de vista militar e o que ela poderia representar, em vista da insurgência de Mustafa Kemal na Anatólia e a ameaça bolchevique que se espalhava pela Ásia.

A argumentação em favor da manutenção do sultão em Constantinopla refletia que expulsar os “turcos” poderia ser perigoso, já que isto lhes desagradaria e se poderia criar, eventualmente, um potente inimigo. Isto estava de acordo com o diagnóstico de que os nacionalistas na Anatólia lutavam pela integridade territorial do sultanato e, uma vez que os bolcheviques entrariam em contato com eles muito em breve, uma força hostil se formaria. Esta era uma conjuntura para qual o governo britânico não possuía tropas para fazer frente. Remover o sultão de Constantinopla “acrescentaria mais uma faísca à conflagração que se espalhava”, e os turcos, tornados inimigos, também poderiam acabar comprometendo uma linha de defesa contra o avanço dos revolucionários russos em direção à Índia⁴².

Por outro lado, a argumentação de oposição via que a ameaça bolchevique era justamente um motivo para retirar o sultão de lá: a cidade era estrategicamente muito importante, de modo que um Império Otomano baseado em Constantinopla seria um forte incentivo para que a cidade fosse mirada pelos russos no futuro. Neste sentido, fossem os “turcos” relegados para a Anatólia, os bolcheviques receberiam pouco ao tentar cooperar com eles⁴³. Não fazia diferença, do ponto de vista militar, manter o sultão em Constantinopla já que o problema a ser enfrentado era a resistência na Anatólia, que não seria abrandada por uma disposição favorável quanto à permanência. Igualmente, não se deixou de lembrar que a questão do panturanismo, debatida em 1918, era ainda um problema a ser considerado e que manter o sultão em Constantinopla daria possibilidade para que ele se tornasse um possível chefe deste movimento na cidade⁴⁴.

Os argumentos contra e a favor da permanência do sultão acabariam sendo um vai-e-volta infinito. Interpretar a permanência a partir do ponto bélico requeria a consulta de especialistas: foram os relatórios naval e militar requisitados e a consulta presencial ao Chefe do Estado-Maior Geral Imperial, H.H. Wilson, que fizeram a diferença para que a decisão ministerial fosse manter o sultão em Constantinopla. As conclusões de Wilson, no caso de remoção, expressaram que se

o sultão e seu governo turco fossem removidos para a Ásia Menor, toda a posição militar seria alterada para nossa desvantagem, pois em paz perderíamos tanto o conhecimento de seus planos quanto o poder de impedir seus

42 CAB/23/20, p. 13-14.

43 CAB/23/20, p. 20.

44 CAB/23/20, p. 17-18.

preparativos, e a poderosa dissuasão de ações malignas de ter o sultão e todo o seu governo sob nossas armas desapareceria⁴⁵.

Isso, em ativos militares, implicava reconhecer a necessidade de uma reunião muito maior de batalhões para a tarefa de resguardar a zona de Constantinopla removida, além de uma criação de um sistema de defesa muito mais elaborado em relação à fronteira com o Estado otomano anatóliano. As conclusões de Wilson abertamente indicavam a possibilidade um Império Otomano hostil no futuro, de modo que mantê-lo em Constantinopla seria “eliminar” o perigo de forças turcas regulares hostis sob o nome do sultão e, portanto, os Aliados teriam de lidar apenas com “forças insurgentes do tipo daquelas criadas por Mustafá Kemal”⁴⁶.

Nada disso sairia barato e a maioria do Conselho estava suscetível aos gastos que já existiam e aos que emergiriam futuramente, como a posse dos mandatos na “Mesopotâmia”. Gastos adicionais não eram desejáveis para a conta britânica, por mais que alguns percebessem que se o tratado de paz acordado com a França e Itália seguisse a linha restritiva já estabelecida isso implicaria justamente em custos para sua imposição.

Constantinopla recebeu, em maio daquele ano, o texto do que seria nomeado “Tratado de Sèvres”, que mantinha as restrições econômicas. Se havia ministros em dúvida da aplicabilidade de um tratado sob tais termos, o maior protesto se deu quando se inteiraram sobre a linha adotada de concessão territorial aos gregos, sobretudo da região de Esmirna, algo basicamente definido em março. Se isso daria garantia um porto livre para os navios britânicos já pouco importava: a percepção que pairava era de que, naquela altura dos fatos, insistir em uma assinatura junto ao governo em Constantinopla era pífia, já que o poder realmente estava nas mãos de Mustafá Kemal, baseado em Ancara.

Churchill escreveu no mesmo mês de março a Lloyd George, que participara das negociações com franceses e italianos desde janeiro até abril, afirmando que aquele arranjo simbolizava a tentativa de impor uma paz na Turquia que exigiria exércitos grandes e poderosos, operações e ocupações longas e caras – todos fatores dos quais o Reino Unido não dispunha⁴⁷. Não adiantava acreditar que exércitos gregos dariam conta do recado e o tão-almejado controle de Constantinopla acabaria estrangulado ante os

45 “[...] the Sultan and his Turkish Government were removed into Asia Minor, the whole military position would be altered to our disadvantage, for in peace we should lose both knowledge of his plans and power to check his preparations, and the powerful deterrent from evil-doing of our having the Sultan and the whole of his Government under our guns would have disappear”. CAB/23/20, p. 03.

46 “insurgent forces of the type of those raised by Mustapha Kemal”. CAB/23/20, p. 04.

47 CHURCHILL, Winston. Carta, mar. 1920. In: LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (Ed.). *The Mirage of Power. Vol. 3: The Documents*. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972. p. 730.

avanços da resistência anatoliana. Logo, tudo isso se voltaria contra Londres, pondo em real perigo os interesses que se queria tanto garantir.

Aquilo, portanto, não significava um acordo de paz, conforme identificava Montagu em junho, já que as tropas de Kemal não cessariam enquanto Esmirna estivesse em mãos gregas e, tal como identificava Churchill, a “paz” só poderia ser imposta com o auxílio de tropas indisponíveis. Indicando que entendia os sentimentos profundos que os turcos detinham em relação a áreas que eram “naturalmente deles”, Montagu não deixava de também expressar o mesmo raciocínio posto na reunião ministerial de 06 de janeiro, uma vez que “uma Turquia amigável nos beneficia; uma Turquia enfurecida nunca deixará de fomentar problemas na Índia”⁴⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Era, todavia, indiferente pensar em um “acordo aplicável” quando nenhuma das partes turcas estiveram envolvidas nas negociações que culminaram no acordo de paz de Sèvres. Todo o processo foi definido entre os Aliados, cada qual com seus interesses, e, justamente por isso, ficava ainda mais impossível escapar da mentalidade de que o lado derrotado apenas receberia as condições já prontas. Do ponto de vista dos interesses britânicos em relação à Anatólia, aquilo que se havia veiculado aos finais de 1918, foi “garantido”: estreitos internacionalizados, sem controle direto de nenhuma potência. Tampouco do sultão, que permaneceria na cidade como seu chefe “nominal” e seu “império” se estenderia até parte do meio leste anatoliano, onde encontraria a fronteira de uma Armênia independente e de, possivelmente, um Curdistão independente⁴⁹. Portanto, se manifestava aí a barreira para o “panturanismo”, ao passo que o sultão em Constantinopla teria, na prática, pouco poder.

Que o acordo “pagou para ver”, ao manter as condições financeiras restritivas, aludidas desde as primeiras reuniões com os franceses em dezembro de 1919, simbolizava a manutenção dos privilégios financeiros e investimentos dos quais ninguém queria abrir mão. Logo, tal como a reunião entre os ministros britânicos demonstrara, a manutenção do Império Otomano era importante para manter o importante domínio comercial que Londres detinha na Anatólia no pré-guerra. Inclusive, realização do chamado “Acordo Tripartido” garantiu o reconhecimento franco-italiano das oper-

48 “a friendly Turkey profits us; an incensed Turkey will never cease to foment trouble in India”. CAB/24/103/46, p. 194.

49 Entretanto, essa questão permaneceu em aberto, de acordo com os artigos 62, 63 e 64 do Tratado de Sèvres. Inicialmente, esse estado seria autônomo, com a possibilidade de solicitar a independência após o cumprimento de alguns dos pré-requisitos estabelecidos nesses artigos. Os curdos estavam entre as “nacionalidades” que reivindicaram um Estado para si após a derrota otomana, apesar de sua complexa dinâmica organizacional. Representantes curdos foram enviados a Paris durante as negociações de paz. Para saber mais sobre isso, consultar Atmaca (2022).

ações da Ferrovia Aidin após a assinatura do acordo de paz com o Império Otomano⁵⁰. Deste modo, quando os ministros reclamaram de que os termos eram muito rígidos, o faziam mais por medo que isso o Império Otomano entrasse em colapso e isso causasse severos danos domésticos ao Reino Unido.

As discussões sobre Constantinopla, tão alongadas, elucidam o desejo de continuidade do Império Otomano como um sultanato, mesmo que com o sultão fora dali ou não. Mantê-lo “vivo”, todavia, tinha o seu valor político-religioso por conta de seu papel de califa, ao mesmo passo que nunca se deixou de enxergá-lo como um possível ator “perigoso” para a região, seja como um agente do panturanismo ou do movimento de resistência anatoliano, seja como um ator “bolchevique”.

Este segundo ponto mostra algo por trás de si mesmo: poder-se-ia entender que manter a existência desta figura tão perigosa não valeria a pena, mesmo com a questão da Índia, mas a naturalidade com que os ministros e outros oficiais, como H.H. Wilson, discutiam como o Reino Unido possivelmente “frearia” tais cenários dá mais um indício de o que existiria era o resto do Império Otomano derrotado, sem “revoluções”. Ou seja, uma possibilidade de Estado diferente de um sultanato nem parecia passar pela cabeça, ao mesmo tempo de que ela era reforçada por interesses político-econômicos que talvez obscurecessem ainda mais um pensamento diferente que o de uma continuidade.

As decisões dos ministros britânicos, seja em Paris ou Londres, foram tomadas com o a ideia de um sultanato como plano de fundo e, mesmo quando divergiam, as questões eram “técnicas”. Assim, os elementos citados demonstram que, apesar dos pesares, a manutenção do Império Otomano como um sultanato era desejável para Londres e não impressiona que um dos primeiros esboços de tratado alcançado junto aos franceses tenha expressamente posto que “o Império Otomano, quer exista na Europa ou não, continuará existindo na Ásia Menor sob a dinastia nacional *Osmanlı*”⁵¹.

O problema pairante na realidade imprópria e repelente aos termos de um tratado de paz considerado injusto e inaplicável para a resistência turca, culminaria numa somatória explosiva que não só impossibilitaria o próprio “acordo”, mas também a continuidade almejada de um sultanato. Por certo, algumas coisas ainda não eram plenamente visíveis em maio de 1920 e a dificuldade de diálogo entre ministérios certamente dificultou a aceitação quanto ao tamanho de Mustafá Kemal e seu movimento

50 TRIPARTITE Agreement between the British Empire, France and Italy Respecting Anatolia,” opened for signature August 10, 1920, *The American Journal of International Law*, v. 15, n. 2, 1921, p. 153–159.

51 [...] the Ottoman Empire, whether existing in Europe or not, will continue to exist in Asia Minor under national Osmali dynasty. CAB/23/35/6, p. 61.

de resistência, que, por sua vez, não parecia aversivo à figura do sultão⁵². Porém, o que alguns previam e avisavam a Lloyd George, como Churchill e Montagu, não sem muita surpresa, terminaria por acontecer e o “pagar para ver” resultou em um redesenho da Anatólia bem diferente do que simplesmente impor condições a um derrotado de guerra: o Tratado de Sèvres nunca existiria na prática e, três anos depois, a assinatura de um acordo em Lausanne, na Suíça, abriria o caminho para o nascimento de uma República Turca.

Com a eclosão da república, que alçou Kemal ao cargo de presidente, não só o sultanato, que logo seria extinto, e a manutenção dos controles financeiros intrínsecos àquela administração seriam revistos, bem como o livre trânsito e controles comerciais previstos para os Estreitos e para a Anatólia. Não é surpresa, ainda, que a ideia de uma Armênia como “barreira ao panturanismo” afundaria totalmente com a retomada do controle turco do leste anatóliano ainda no ano de 1920 e o avanço soviético no Cáucaso. Isto é, se uma Armênia na Anatólia não existiria, muito menos um “Curdistão”. Em outras palavras, a assinatura de Sèvres foi um novo capítulo de uma história que, na verdade, estava longe de terminar.

52 Se os nacionalistas eram completamente honestos em suas intenções é outra questão, mas o fato é que suas declarações oficiais neste período não vislumbravam um modelo estatal que não fosse um sultanato. Patrick Kinross (2001), um dos mais clássicos biógrafos de Mustafá Kemal, argumenta que ele começou a questionar, junto à Assembleia em Ancara, o futuro do sultanato após a vitória turca em Esmirna, em 1922, mas enfrentou forte oposição parlamentar interna quanto a isso – inclusive a de parceiros destacados dentro do movimento, como Raouf Bey e Refet Bey, que defendiam a reforma do sultanato para uma monarquia constitucional na qual o sultão estaria submisso às decisões parlamentares. Para apaziguar principalmente a oposição, que zelava pelo papel da Turquia como Estado Islâmico, Kemal ventilou a separação do título de califa do de sultão, e conseguiu, em 01 de novembro de 1922, a aprovação da Assembleia quanto à abolição do sultanato. Menos de 20 dias depois, o sultão fugiu de Constantinopla em uma surdina operação orquestrada com os britânicos e o califado foi para Abdul Mejide, seu primo, que teria apenas autoridade religiosa. Kemal decidiu que o Estado turco deveria ser definitivamente uma república apenas no verão de 1923, ainda durante as Conferências de Paz em Lausanne, mas esperou para começar a ventilar a ideia com seus associados após a assinatura do Tratado, recebendo, novamente, forte oposição da Assembleia ao fazê-lo. Quando a “ventilação” começou, Kinross (2001, p.229) nos deixa à par da situação contextual: “O conceito de República estava totalmente em desacordo com o do Estado muçulmano tradicional e foi a primeira vez que a ‘palavra feia’ foi proferida no contexto turco. A ameaça da mudança causou comoção, tanto na imprensa de Istambul quanto nos lobbies do Parlamento, onde ainda não existia nenhum movimento republicano sério”.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

The Cabinet Office Papers, Kew. Documentação de arquivo com os seguintes rótulos:

CAB/23/20; CAB/23/35/2; CAB/23/35/4; CAB/23/35/5; CAB/23/35/6;
CAB/23/37/1; CAB/24/101/67; CAB/24/101/68; CAB/24/103/46; CAB/24/72;
CAB/24/93/60; CAB/24/95; CAB/24/95/93; CAB/24/95/95; CAB/42/11/5.

DOCUMENTOS OFICIAIS EM COLETÂNEAS

AGREEMENT between France, Russia, Great Britain, and Italy. Opened for signature April 26, 1915. **Miscellaneous**, n. 7, 1920.

BUCHANAN, Sir G. Carta enviada a Edward Grey. São Petersburgo, mar. 1915. In: LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (ed.). **The Mirage of Power**. Vol. 3: The Documents. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972.

CHURCHILL, Winston. Carta enviada a Lloyd George. Londres, mar. 1920. In: LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (ed.). **The Mirage of Power**. Vol. 3: The Documents. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972.

MONTAGU, Edwin. Memorando enviado a Arthur Balfour. Londres, dez. 1919. In: LOWE, C. J.; DOCKRILL, M. L. (ed.). **The Mirage of Power**. Vol. 3: The Documents. London; Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972.

TREATY of Peace with Turkey. Opened for signature August 10, 1920. **Treaty Series**, n. 11, 1920. p. 1-100. Disponível em: <https://ia804601.us.archive.org/30/items/TS00113/TS0011.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2025.

TRIPARTITE agreement between the British Empire, France, and Italy respecting Anatolia. Opened for signature August 10, 1920. **The American Journal of International Law**, v. 15, n. 2, 1921.

FONTES SECUNDÁRIAS

ATMACA, Metin. The Road to Sèvres: Kurdish Elites and Question of Self-Determination After the First World War. **International Journal of Conflict and Violence**, v. 16, p. 1-13, 2022.

HELMREICH, Paul C. **From Paris To Sèvres**: The Partition of the Ottoman Empire at the Peace Conference of 1919-1920. Ohio. Ohio State University Press, 1974

KINROSS, Patrick. **Atatürk: The Rebirth of a Nation**. Londres: Phoenix, 2001.

AS CONTRAFACES DO DESENVOLVIMENTO: UMA ABORDAGEM SOBRE DIFERENTES CAMINHOS TEÓRICOS

WILTON SERROTE

wiltonwilquel@gmail.com

LARISSA WELANE

lari_issa13@hotmail.com

Resumo: Ao se pensar em desenvolvimento, comumente o associamos aos ideais econômicos direcionados à lógica da industrialização, a qual, por sua vez, está diretamente relacionada à acumulação de capital. Este trabalho propõe analisar os estudos sobre desenvolvimento considerando algumas contrafaces teóricas, como forma de construir uma narrativa que revele aspectos normalmente ignorados pela visão clássica do tema. Trata-se de questionar um modelo que, de maneira mimética e predatória, se reproduz continuamente, enviesando e limitando novas perspectivas de compreensão dele. A pergunta que orienta a análise é: quais características permitem diferenciar as contrafaces teóricas do desenvolvimento em relação ao modelo tradicional? Para respondê-la, adota-se uma abordagem comparativa e analítico-conceitual, contrapondo autores clássicos e críticos contemporâneos.

Palavras chaves: Desenvolvimento, Contraface, Predador, Emancipatório.

THE FLIP SIDE OF DEVELOPMENT: AN APPROACH TO DIFFERENT THEORETICAL PATHS

Abstract: Development is commonly associated with economic ideals centered on the logic of industrialization, which, in turn, is directly related to capital accumulation. This paper proposes an analysis of development studies through the lens of selected theoretical counterpoints, with the aim of constructing a narrative that reveals aspects often overlooked by the classical perspective on the subject. It questions a model that is continuously reproduced in a mimetic and predatory manner, thereby biasing and constraining new perspectives for understanding development. The question guiding the analysis is: what characteristics distinguish the theoretical counterpoints to development from the traditional model? To address this question, the study adopts a comparative and analytical-conceptual approach, contrasting classical authors with contemporary critics.

Key words: Development, Counterface, Predator, Emancipatory.

INTRODUÇÃO

Ao pensar em desenvolvimento, comumente o associamos a ideais econômicos limitados à lógica da industrialização, que, por sua vez, está diretamente relacionado à acumulação de capital. Isso poderia, em tese, sustentar uma estrutura baseada em etapas de modernização, aludindo a uma progressão vertical por múltiplos avanços, segundo os princípios das sociedades euro-norte-ocidentais. Tal perspectiva, centrada na evolução econômica, tende a aprimorar outras dimensões que compõem um espaço social, como as ordens sociais, ambientais, políticas e culturais. Assim, é incorreto considerar o desenvolvimento apenas como um processo econômico, pois isso ignora esferas fundamentais para uma compreensão mais ampla e plural do tema.

Mais do que um parâmetro de crescimento econômico, o desenvolvimento pode e deve ser pensado sob uma perspectiva ampliada e multidimensional, rompendo com a lógica tradicional que impõe padrões uniformes a diferentes contextos. Partindo dessas propostas, torna-se necessário analisar as *contrafaces* que o desenvolvimento pode apresentar.

Entenda-se aqui o termo *contraface* como o lado oposto ou reverso daquilo que se observa. Nesse sentido, o desenvolvimento pautado pela lógica do crescimento econômico, revela outra face quando confrontado com as reflexões de Joseph Ki-Zerbo, em *Para quando a África?* (2009), que questiona o desenvolvimento como uma “corrida olímpica”; de Amartya Sen, em *Desenvolvimento como liberdade* (2010), que enfatiza a satisfação das necessidades humanas elementares; e de Celso Furtado, que defendem o desenvolvimento como resultado de decisões externas ao bem e comuns sustentadas por adequações estruturais político-administrativas, não sendo um processo independente. Esses autores oferecem fundamentos para se pensar caminhos teóricos alternativos capazes de suprir lacunas presentes nas teorias tradicionais de desenvolvimento e em suas consequências práticas.

A esses autores, soma-se a contribuição da Teoria da Dependência e da escola estruturalista latino-americana, que também constrói contrafaces ao desenvolvimento tradicional a partir da crítica às relações centro-periferia. Raúl Prebisch (1949) inaugura essa linha ao apontar a deterioração dos termos de troca entre países exportadores de matérias-primas e países industrializados; André Gunder Frank (1969) radicaliza essa leitura ao afirmar que o subdesenvolvimento é produzido pelo próprio desenvolvimento do centro capitalista; Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) propõem uma dependência associada, na qual o desenvolvimento periférico ocorre de forma subordinada aos interesses externos; Ruy Mauro Marini (1973) acrescenta a noção de superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação

da dependência; Theotônio dos Santos (2000) sistematiza o conceito de dependência como condicionamento estrutural; Samir Amin (1976) propõe o desligamento (delinking) das economias periféricas em relação ao sistema-mundo; e Vânia Bambirra (1978) tipifica as formas de capitalismo dependente na América Latina. Essas contribuições ampliam o rol de contrafaces teóricas do desenvolvimento e evitam que a discussão se restrinja a Ki-Zerbo, Sen e Furtado.

Diante disso, este artigo propõe o seguinte questionamento: **Quais características distinguem as principais contrafaces teóricas que se contrapõem ao modelo tradicional de desenvolvimento?** Para respondê-lo, adota-se uma abordagem comparativa com enfoque analítico-conceitual, confrontando as concepções de desenvolvimento formuladas por autores clássicos e críticos contemporâneos, destacando as interpretações teóricas distintas sobre o conceito.

A presente discussão será organizada em três capítulos principais. A primeira análise crítica refere-se ao conceito de desenvolvimento a partir dos moldes ocidentais. A segunda apresentará diferentes modelos teóricos para pensar o desenvolvimento. Por fim, a terceira sintetiza os principais argumentos críticos encontrados nas abordagens teóricas selecionadas, culminando nas considerações finais e na conclusão do trabalho.

A FACE NORMATIVA DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento tem origem nas ciências biológicas e, segundo Santos (2012), foi utilizado para explicar o alcance, pelos seres vivos, de determinadas potencialidades genéticas. No entanto, a partir das últimas décadas do século XVII, o termo migrou para o campo social, incorporando-se ao darwinismo social modelo que buscava explicar as relações sociais com base em alguns preceitos de Darwin. Nessa perspectiva, certos grupos humanos seriam, em tese, mais aptos à vida em sociedade e, portanto, superiores a outros. Com essa concepção, ideias associadas à evolução, ao crescimento e ao progresso passaram a ser vinculadas àqueles que detinham características consideradas superiores.

A transposição do termo “desenvolvimento” do campo biológico para a esfera social também está relacionada às formulações do antropólogo inglês Herbert Spencer, no século XIX, criador dos ideais do evolucionismo social. Chaves (2003) observa que, segundo Spencer, os povos poderiam ser classificados em duas categorias: superiores e inferiores, sendo os primeiros representados pelos europeus e os segundos por indianos e indígenas. Essa classificação se baseava na consideração de que as sociedades industriais eram civilizadas e mais evoluídas, devido à sua organização social e divisão do trabalho, enquanto as demais seriam primitivas, incapazes de alterar suas

condições de existência, o que limitaria o desenvolvimento econômico. Esse modelo, portanto, trouxe a base para a noção de uma sequência de medidas obrigatórias rumo ao progresso e ao desenvolvimento.

A lógica original darwiniana, segundo a qual os menos adaptados não sobreviveriam em detrimento dos mais aptos, foi transposta para o campo social sob uma ótica econômica. Assim, o desenvolvimento, controlado pelos “superiores” desenvolvidos e sustentado pelo capitalismo, passou a ser concebido como um processo a ser conduzido segundo regras e etapas definidas, evoluindo para que os “inferiores” possam, eventualmente, atingir um patamar mais elevado. Nesse modelo, o padrão ocidental de desenvolvimento consolidou-se como referência universal, caracterizando-se por uma visão de mundo singular em que “todos os diferentes povos deveriam progredir segundo os mesmos estágios sucessivos, únicos e obrigatórios” (BOAS, 2004, p. 15). Essa perspectiva conferia aos europeus o papel de conduzir os demais povos aos estágios mais elevados.

O evolucionismo social, nesse sentido, exerceu papel central na formação daquilo que entendemos como modernidade. A noção de “moderno” trouxe consigo uma ideia de evolução linear e crescente, reproduzindo a dicotomia *antigo versus moderno* nos mesmos moldes da oposição *primitivo versus civilizado*. Sociedades consideradas em estágios inferiores devem buscar ascender, galgando degraus na trajetória incessante rumo ao desenvolvimento. Como sintetiza Júnior (2010, p. 35), “o moderno é entendido como o estado eterno, ou seja, o modelo ao qual todas as sociedades aspiram”. Esse entendimento reforça a visão de sociedades “atrasadas” ou “animistas” em contraste com as ocidentais, definidas já posicionadas nos avanços mais avançados.

Essa lógica também está presente na obra de Walt Whitman Rostow, que, ao propor projetos para o desenvolvimento, vinculou-o diretamente ao crescimento econômico e à industrialização. Para Rostow, o desenvolvimento representaria o estágio final da modernização: “Rostow acreditava que o desenvolvimento econômico teria suas bases consolidadas através da intervenção setorial na economia, de modo que o crescimento industrial se traduzisse em modernização” (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2016, p. 11). Sua teoria propõe que todas as sociedades se enquadram em uma das cinco etapas: (1) sociedade tradicional; (2) pré-condições para o arranjo; (3) arranjo; (4) marcha para a maturidade; e (5) era do consumo em massa (ROSTOW, 1974, p. 15). Nessa lógica, as economias encontradas poderiam, além de financiar o capitalismo, auxiliar as demais por meio de empréstimos e assistência técnica (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA; SOUZA, 2016).

A perspectiva desenvolvimentista de Rostow antecede outra abordagem economicista que incorpora elementos subjetivos do evolucionismo social: a de Joseph Schumpeter. Para Schumpeter (1982), compreender o desenvolvimento exige considerar cinco elementos centrais: introdução de um novo bem; introdução de um novo método de produção; abertura de um novo mercado; conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou bens semimanufaturados; e o estabelecimento de uma nova organização em qualquer setor. O autor ainda afirma que...

O desenvolvimento surge de uma situação sem desenvolvimento. Todo processo de desenvolvimento cria os pré-requisitos para o seguinte. O desenvolvimento, no sentido que lhe damos, é definido então pela realização de novas combinações. Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa (SCHUMPETER, 1982, p. 67-69).

Dessa forma, o que Schumpeter considera como teor desenvolvimentista refere-se às mudanças introduzidas na vida econômica, sobretudo no âmbito da produção e da inovação, a partir de fatores inerentes ao próprio sistema. Um dos pontos centrais de seu argumento é no “papel que tem a inovação ao introduzir descontinuidades que resultam em desequilíbrios no sistema, levando a uma nova configuração qualitativamente distinta da anterior” (PIVOTO *et al.*, 2016, p. 20).

Para Schumpeter, diferentemente de outros autores clássicos, o desenvolvimento e o crescimento econômico não são simultâneos. Segundo ele, “crescimento seria o resultado de incrementos cumulativos e quantitativos que ocorrem em determinado sistema econômico” (PIVOTO *et al.*, 2016, p. 19). A fim de sustentar essa distinção, cunhou o conceito de *economia estacionária* para se referir a economias que apresentam crescimento, mas não desenvolvimento. Nesse sentido, o desenvolvimento é definido como “um processo de outra natureza, a saber, uma mudança qualitativa mais ou menos radical na forma de organização desse sistema, gerada em decorrência de uma inovação suficientemente original para romper com o seu movimento regular e ordenado” (PIVOTO *et al.*, 2016, p. 19). Em outras palavras, o desenvolvimento representaria um estágio distinto do crescimento econômico, implicando na institucionalização de novos processos produtivos.

Considerando os conceitos apresentados por Rostow e Schumpeter, é possível inferir que ambos partem de um referencial geográfico e histórico específico a Europa como base para explicar processos econômicos e sociais de forma generalizada. Suas contribuições, ainda que relevantes, sugerem que conhecimentos e práticas euro-norte-ocidentais poderiam ser aplicados a todas as sociedades, independentemente de suas organizações previstas. Essa perspectiva representa uma das expressões da universalização dos valores ocidentais, sobretudo no campo econômico.

Cabe ainda situar Rostow e Schumpeter em relação a outras correntes clássicas e neo-clássicas do desenvolvimento, para que a crítica não incorra em uma seleção ad hoc de autores. Nicholas Kaldor associa o crescimento econômico a mecanismos de causação cumulativa e ao papel do setor industrial como motor da produtividade; Robert Solow formula um modelo de crescimento baseado na acumulação de capital físico e no progresso tecnológico exógeno; e Robert Lucas desenvolve uma teoria do crescimento endógeno centrada no capital humano. Esses três autores permanecem, ainda hoje, referências centrais na formulação de políticas de desenvolvimento por organismos multilaterais, o que reforça a necessidade de incluí-los entre os modelos clássicos analisados. Some-se a isso a possibilidade de deslocar parte da crítica do eixo geográfico para um eixo epistemológico, incorporando outras epistemologias e saberes historicamente subalternizados pela colonialidade do saber, o que confere maior consistência teórica à crítica desenvolvida neste artigo.

Há também, nessas concepções, um claro enfoque antropocêntrico. O desenvolvimento é concebido como um processo no qual os seres humanos devem dominar ou controlar o meio ambiente, que aparece limitado a uma reserva de recursos a serem explorados em prol de um suposto bem-estar humano. Essa exploração, socialmente legitimada, segue uma lógica econômica. Assim, os atores sociais são inseridos em um ritmo acelerado de treinamento, destinado a sustentar uma produção crescente para gerar lucro aos detentores de capital, alimentado por uma demanda consumida estimulada pela publicidade (D'ALISA; DEMARIA; KALLIS, 2016).

Diante dessa conexão entre desenvolvimento e economia, é relevante destacar o vínculo entre essa noção economicista e o liberalismo econômico formulado por Adam Smith. Sua obra *A Riqueza das Nações* foi escrita em um contexto de instabilidade europeia, às vésperas de uma grande revolução, que incorporou princípios liberais tanto na política quanto na economia. Ao apresentar sua teoria do crescimento econômico, Smith localizou as bases daquilo que se tornaria conhecida como Economia Política Clássica, considerada precursora dos preceitos economicistas que permaneceram associados ao conceito de desenvolvimento.

Sob a análise das literaturas tradicionais, percebemos que a ideia de desenvolvimento está profundamente enraizada no sistema capitalista, que, entre suas metas, valoriza a produtividade do trabalho como fundamento da industrialização. É nesse contexto que o desenvolvimento foi (e ainda é, em grande medida) concebido como um processo por quais países considerados atrasados ou primitivos deveriam alcançar o estágio daqueles tidos como mais avançados ou civilizados.

Ao se contrapor a essa perspectiva, diversas abordagens teóricas buscaram concordar, denunciar e propor alternativas ao modelo tradicional de desenvolvimento. É nesse sentido que a presente discussão, a partir das problematizações e dos autores críticos apresentados na introdução, pretende explorar novas possibilidades de compreensão e prática do desenvolvimento.

AS CONTRAFACES TEÓRICAS CONTEMPORÂNEAS DO DESENVOLVIMENTO

Diante da dicotomia já mencionada, para muitos países o desenvolvimento sempre foi um ideal para ser realizado. Um exemplo marcante é o caso da maioria dos países africanos, cuja busca pelo desenvolvimento ganhou maior destaque a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, grande parte do terceiro maior continente do globo passou por processos de independência, o que resultou no surgimento de novos Estados e na sua inserção gradual na ordem internacional então vigente.

No auge das transformações políticas, econômicas e sociais decorrentes da descolonização, múltiplos fatores foram desenvolvidos para a consolidação do capitalismo e a aceleração dos modos de produção nesses países. Tal cenário foi intensificado pela pressão constante para que essas nações se enquadrassem no ideal de desenvolvimento predominantemente.

Nesse contexto, ganhou força o debate sobre a **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**, pautada na lógica da ajuda externa. Essa ajuda foi justificada por discursos que defendiam a erradicação da pobreza nas regiões mais desfavorecidas do planeta e a promoção do seu desenvolvimento. Tal lógica se materializou por meio de planos e programas que visavam inserir essas regiões nos períodos de desenvolvimento hegemônico. O plano instituído se fez real com o:

Surgimento do Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento (SICD), quando em Bretton Woods as potências capitalistas vencedoras criaram o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e as Organizações das Nações Unidas (ONU), declarando por finalidade fomentar o desenvolvimento e preservar a paz Mundial (PESSINA, 2012, p. 15).

Tal sistema de cooperação, por si só, reitera a demanda pelo alcance de projetos considerados “superiores” por parte dos novos países que passaram a entrar no jogo político já previsto, na tentativa de alcançar um crescimento moldado segundo os segmentos dos Estados ocidentais. É importante destacar que esses mesmos Estados, ao longo do tempo, se apropriaram de territórios alheios para contribuir para seu próprio desenvolvimento. Assim, quando as nações recém-independentes deram seus primeiros passos rumo à autonomia, voltaram a ser inseridas em um ambiente internacional

já criado e delimitado, o que, de certo modo, as tornaram novamente dependentes daqueles que antes como colonizaram.

Para ampliar o debate sobre desenvolvimento, Joseph Ki-Zerbo (2009) ressalta que aquilo que se chama de desenvolvimento é, na verdade, o *autodesenvolvimento* dos países do Norte, alinhado às realidades, interesses e valores dessas nações. Dessa forma, na expectativa de alcançar esse ideal, os países do então chamados Sul Global alimentam-se de uma utopia propagada pelas teorias desenvolvimentistas tradicionais — utopia que, antes, vinculava o progresso à lógica da acumulação de capital e, atualmente, à aderência ao modelo de economia de mercado (*laissez faire, laissez passer*).

Segundo Ki-Zerbo, esse modelo de desenvolvimento configura-se como um embuste, uma mentira que exige uma “alteração copernicana”, uma mudança radical no sentido das relações para que seja possível alcançar um desenvolvimento verdadeiro. De forma implícita, percebe-se que o desenvolvimento, moldado pelas ideologias miméticas propagadas pelo Ocidente, reforça a consolidação de uma cultura mundial uniformizada, orientada à construção de uma governança global.

Ainda conforme o autor, esse modelo foi concebido como uma corrida olímpica, em que uns correm atrás dos outros, e que, por seu caráter erosivo, reduz o projeto de sociedade a um objetivo meramente econômico: “E, de reducionismo em reducionismo, acaba-se por reduzir o desenvolvimento à taxa de crescimento e ao ganho realizado no nível da balança comercial e da balança de pagamentos” (KI-ZERBO, 2009, p. 135).

Esse é, portanto, o antagonismo central provocado pelas teorias tradicionais de desenvolvimento. Ki-Zerbo não nega que o desenvolvimento esteja entrelaçado à noção de acumulação derivada do desejo humano de agregar bens, mas ressalta que essa lógica produz relações assimétricas. Além disso, rejeita a ideia de que o mercado livre seja capaz de garantir o crescimento econômico para todos, como postulam as abordagens desenvolvimentistas clássicas.

Ki-Zerbo (2009, p. 134) afirma que “pode-se aproximar o termo desenvolvimento e a ideia de acumulação. Mas, é necessário compreender a acumulação na sua totalidade, como um bloco integrado: tanto em bens e serviços quanto em valores sociais”. Essa compreensão amplia o conceito para além de indicadores aritméticos e estatísticos, questionando as noções tradicionais que reduzem o desenvolvimento ao simples crescimento e à acumulação física de bens e serviços.

Como visto, as teorias clássicas do desenvolvimento foram formuladas por teóricos localizados historicamente e reproduzidas de forma repetitiva e mimética, muitas vezes guiadas por interesses de poder de determinados países. Esse modelo, marcado pelo

reducionismo economicista, impõe-se como universal, dificultando a construção de perspectivas que contemplem outras dimensões.

Para Ki-Zerbo (2009, p. 137), é necessário definir claramente o que se entende por desenvolvimento, determinando “em que consiste e o que se quer”, de modo a reavaliar as relações Norte-Sul e desmascarar as “impurezas” que permeiam o paradigma vigente. Nesse sentido, o autor propõe o conceito de **desenvolvimento endógeno**, que rompe com a replicação de modelos externos e combina crescimento econômico com valorização cultural, adaptado às especificidades locais.

O desenvolvimento, nessa perspectiva, é um olhar total que engloba dimensões econômicas, culturais, ambientais, de saúde e de educação, incorporando valores intangíveis como felicidade e bem-estar (KI-ZERBO, 2009, p. 150). Essa abordagem privilegia escolhas quantitativas e qualitativas que consideram a diversidade das realidades locais, deixando-se da linearidade e dos estereótipos das teorias tradicionais.

Por uma visão convergente, mas com ênfase distinta, Amartya Sen (2010, p. 16), em *Desenvolvimento como Liberdade*, critica as visões restritas que “identificam o desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social”. Para o autor, o desenvolvimento deve ser concebido como um processo de expansão das liberdades e capacidades humanas, no qual os indivíduos se tornam agentes capazes de superar obstáculos que impedem a melhoria de suas condições de vida.

Questões como fome, pobreza, ameaças ao meio ambiente e desigualdades entre as pessoas precisam ser superadas como elemento central no processo de desenvolvimento, amplamente almejado em diversas instâncias (SEN, 2010). Para o autor, a liberdade é o meio principal para alcançar esse objetivo, pois é por meio dela que as escolhas e oportunidades dos indivíduos podem ser prejudiciais, permitindo-lhes agir como agentes ativos. Tal condição, uma vez consolidada, pode ser ampliada a partir do próprio desenvolvimento já realizado.

Nessa perspectiva, a liberdade é simultaneamente meio e objetivo do desenvolvimento, exigindo a criação de “encadeamentos empíricos que tornem consistentes e convincentes o ponto de vista da liberdade como a perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 10). Assim, a disseminação dessa concepção deve orientar ações práticas capazes de promover as mudanças possíveis.

A título ilustrativo, Sen concebe uma relação de complementaridade entre liberdade e desenvolvimento: a liberdade possibilita o desenvolvimento, e o desenvolvimento, por sua vez, cria condições para a expansão da liberdade. Não se trata de um pro-

cesso linear, com etapas hierárquicas, mas de um ciclo contínuo, no qual “a expansão da liberdade é vista (...) como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 10).

Essa abordagem se contrapõe à noção tradicional desenvolvimentista, de caráter predominantemente economicista, evidenciando uma lacuna social nessa abordagem. Ao enfatizar o fornecimento das necessidades básicas e ao considerar as pessoas como alicerces do processo de mudança agentes ativos, e não meros receptores passivos, Sen questiona a lógica centrada no capital e na produtividade, que muitas vezes ignora a qualidade de vida daqueles que sustentam o sistema produtivo. Sua proposta indica a importância da emancipação humana frente aos processos que moldam as diferentes esferas conjunturais.

Vale notar que Amartya Sen não se opõe à mensuração quantitativa em si, mas ao seu uso reducionista. O próprio Sen colaborou, ao lado de Mahbub ul Haq, na formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, adotado em 1990. Essa contribuição não contradiz sua crítica ao PNB como medida de desenvolvimento; ao contrário, demonstra que sua proposta é substituir indicadores estritamente econômicos por indicadores multidimensionais, capazes de capturar capacidades e liberdades humanas. Sen figura, assim, como contraface do desenvolvimento tradicional não por rejeitar a quantificação, mas por disputar o que deve ser quantificado e em nome de que finalidade.

Em sentido semelhante, mas a partir de outro ponto de partida teórica, Celso Furtado também se opõe às concepções tradicionais de desenvolvimento. Para ele, o desenvolvimento vai além da acumulação de capital ou do simples crescimento quantitativo. Trata-se de um processo estrutural mais complexo, voltado para a satisfação das múltiplas necessidades de uma coletividade e para a diversidade das formas sociais e econômicas resultantes da divisão do trabalho (FURTADO, 1986, p. 78).

Nesse sentido, Furtado defende que o desenvolvimento requer mudanças qualitativas, capazes de modificar fatores institucionais e sociais. Apoiado em autores como Nurkse e Rosenstein, ele desenvolve uma noção de “desenvolvimento equilibrado”, entendida como uma estratégia de alteração estrutural implícita na própria doutrina do desenvolvimento (FURTADO, 1986, p. 203).

Sua proposta estruturalista enfatiza a importância dos fatores endógenos e compreende o desenvolvimento como características que devem ser limitadas no âmbito da gestão político-administrativa, e não apenas por atores empresariais (como em Schumpeter) ou exclusivamente por indicadores quantitativos. Furtado aponta, assim, a necessidade de reformas estruturais tributárias, agrárias, entre outras para viabi-

lizar ajustes internos que promovam mudanças sociais efetivas (CARDOSO, 2018, p. 142-143).

No caso dos países subdesenvolvidos, tais reformas são ainda mais urgentes. A persistência de intensas desigualdades de classe, como no Brasil, influencia diretamente o padrão de desenvolvimento. Furtado (1967) identifica dois grandes grupos no mercado interno: o primeiro, composto por uma ampla parcela da população com baixa renda e reduzida mobilidade social, cuja expansão depende da transferência de trabalhadores da economia de subsistência para o capitalista, de acordo com a taxa de investimento e o coeficiente de capital por pessoa rica. O segundo grupo é formado por uma minoria com alta renda, cujos padrões de consumo e participação econômica beneficiaram o primeiro. Em vista disso, este grupo específico apresenta:

“uma procura extremamente diversificada e que segue os padrões dos grupos de altas rendas dos países mais desenvolvidos. Os mesmos fatores que respondem pela estagnação do nível de vida do primeiro grupo de consumidores causam a persistente diversificação da procura do segundo. Assim, o mercado formado pelo primeiro grupo aumenta em extensão, e o formado pelo segundo, principalmente em profundidade” (FURTADO, 1967, p. 208).

Nesse sentido, em função de um maior poder de influência e de aquisição, as classes de maior renda tendem a reproduzir padrões externos. Assim, “o desenvolvimento (...) passou a confundir-se com a importação de certos padrões culturais, ou seja, com a modernização dos estilos de vida” (FURTADO, 1967, p. 247). Tal parece se aproximar da crítica apresentada no título da obra de Jessé Souza, *A elite do atraso*, ao indicar que as classes mais abastadas podem interpelar, dificultar ou até mesmo retardar o desenvolvimento de nações inteiras.

É preciso reconhecer, por honestidade intelectual, uma tensão entre a leitura de Furtado apresentada nesta seção e a crítica à industrialização desenvolvida na primeira seção deste artigo. O princípio central da obra furtadiana é a deterioração dos termos de intercâmbio, que o autor combate justamente por meio da industrialização substitutiva, entendida como via de superação da condição periférica. Furtado não rejeita, portanto, a industrialização como horizonte do desenvolvimento: ele a reformula como projeto nacional-estruturalista, distinto da industrialização subordinada aos padrões dos países centrais. É essa distinção, e não a industrialização em si, que permite situar Furtado como uma contraface ao modelo tradicional: sua crítica recai sobre o caráter mimético e dependente da industrialização periférica, não sobre a industrialização como tal.

UMA ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO: FRENTE A FRENTE ÀS SUAS FACES

Como visto, o conceito de desenvolvimento pode ser compreendido de formas distintas, dependendo da vertente teórica utilizada na análise. Duas abordagens principais se destacam nesse debate. A primeira, associada à noção de desenvolvimento normativado, está imbuída pelas ideologias tradicionais e busca se afirmar como modelo universal a ser aplicado e implantado, apresentando uma visão abrangente e padronizada.

Em contraposição, uma perspectiva mais abrangente e crítica propõe compreender o desenvolvimento não como uma condição uniforme, mas como um aspecto plural, moldado por múltiplas interpretações e condicionado pelas especificidades sociais, políticas e culturais de cada contexto. Essa abordagem valoriza narrativas localmente construídas, reconhecendo a diversidade de experiências e caminhos possíveis. Analisar essas vertentes auxilia não apenas na identificação das diferenças conceituais entre ambos, mas também na formulação de novas propostas capazes de desafiar o paradigma hegemônico sobre o desenvolvimento.

A concepção tradicional, ao priorizar fatores econômicos e indicadores quantitativos, apresenta limitações estruturais que dificultam respostas adequadas às demandas das transformações sociais. Conforme ressaltado por autores como Rostow e Schumpeter, a manutenção e evolução do desenvolvimento clássico depende fortemente da acumulação de capital e da industrialização como motor principal, concentrando-se mais nos meios de produção do que nas pessoas que os mobilizam.

Sob outra perspectiva, Santos *et al.* (2012) argumentam que o desenvolvimento deve ir além do crescimento econômico, incorporando dimensões sociais como o bem-estar coletivo e a proteção ao cidadão. Para os autores, é necessário “ir além do crescimento econômico e dos seus indicadores quantitativos. Era preciso intensificar as ações de valorização dos seres humanos através de um sistema de proteção ao cidadão” (SANTOS *et al.*, 2012, p. 54).

Nesse mesmo sentido, Escobar (2005) destaca a importância da dimensão ambiental como elemento central nos processos de mudança e transformação política e social. Ele propõe um desenvolvimento que seja simultaneamente social e ecológico, resgatando o valor e a centralidade do lugar e da natureza, historicamente subalternizados pelas teorias globais capitalistas e ocidentais.

O domínio do espaço sobre o lugar tem operado como um dispositivo epistemológico profundo do eurocentrismo na construção da teoria social [...] uma reafirmação do lugar, o não-capitalismo, e a cultura local opostos ao domínio do espaço, o capital e a modernidade, os quais são centrais no discurso da

globalização, deve resultar em teorias que tornem viáveis as possibilidades para reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas-no-lugar (ESCOBAR, 2005, p. 69-70)

As perspectivas trazidas por Santos *et al.* e Escobar apresentam novas formas e mecanismos de interpretação da categoria “desenvolvimento”, colocando frente a frente a teoria clássica tradicional e a crítica contemporânea.

A primeira visão de caráter tradicional concebe o desenvolvimento como características que favorecem a expansão dos modos de produção capitalista e a mercantilização das características e das relações sociais, priorizando indicadores quantitativos e valorizando as individualidades. Diante de tais características, esse modelo pode ser classificado como **predador de desenvolvimento**.

Por outro lado, a segunda concepção de caráter crítico fundamenta-se na preservação ecológica e no respeito ao lugar, bem como na satisfação das necessidades coletivas, garantindo no Estado um possível garantidor de direitos como saúde e educação. Essa perspectiva se aproxima da ideia de **desenvolvimento emancipatório**.

Cabe ressaltar que essa oposição binária entre desenvolvimento predador e desenvolvimento emancipatório é uma chave analítica, não uma classificação estanque dos autores mobilizados neste artigo. Como discutido nas seções anteriores, Amartya Sen e Celso Furtado guardam pontos de contato com elementos do modelo tradicional respectivamente, o uso de indicadores e a defesa da industrialização, ainda que a partir de fundamentos distintos. Por isso, as duas seções seguintes devem ser lidas como a exposição dos alcances e limites de cada polo, e não como um enquadramento definitivo dos autores em um dos dois lados.

DESENVOLVIMENTO PREDADOR

O termo predação, segundo o Dicionário Michaelis, pode significar tanto “promover a destruição de algo” quanto “apossar-se de coisa alheia, geralmente relacionada à natureza” (EDITORA MELHORAMENTOS, 2025). Essas definições são especialmente pertinentes quando aplicadas ao conceito de desenvolvimento predador, que se estrutura sobre a lógica da expropriação, da destruição e da apropriação desigual dos recursos naturais e sociais. Trata-se de um modelo que, sob o discurso do progresso, transforma territórios, culturas e relações em mercadorias, promovendo a degradação ambiental e a marginalização de populações.

Esse tipo de desenvolvimento favorece o aumento quantitativo da produção capitalista, sustentado por relações assimétricas de poder e pela separação entre os proprietários

dos meios de produção e a massa trabalhadora. A marginalização da produção social voltada ao bem-estar coletivo é uma consequência direta da hegemonia capitalista, que prioriza a propriedade privada e a acumulação. Como sintetiza Singer (2004, p. 9), “Desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo”.

Essa perspectiva implica transformar tudo em mercadoria, convertendo relações sociais em relações econômicas, com foco nas empresas e nas individualidades. O discurso liberal individualista, exemplificado por Margaret Thatcher ao afirmar que “não existe essa coisa de sociedade, o que há e sempre existem são indivíduos” (THATCHER, 1993, p. 626), reforça essa lógica, promovendo a maximização do lucro individual, a não intervenção estatal e a desregulamentação da economia. Como resultado, surgem desigualdades profundas, desemprego estrutural, políticas de austeridade e concentração de riqueza, ampliando a distância entre centro e periferia no sistema capitalista.

Esse modelo de desenvolvimento, ao privilegiar a acumulação privada e a competitividade, ignora os impactos sociais e ambientais de suas práticas. A lógica da mercantilização transforma territórios, culturas e até relações humanas em ativos exploráveis, muitas vezes em detrimento das comunidades locais e dos ecossistemas. A marginalização da produção social, aquela voltada para o bem-estar coletivo e não para o lucro, revela como o desenvolvimento predador desconsidera formas alternativas de organização econômica e social, que poderiam promover maior equidade e sustentabilidade.

Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento predador, embora dominante nas políticas globais, representa uma visão limitada e excludente do progresso. Ao reforçar desigualdades estruturais e desconsiderar a diversidade de experiências e necessidades humanas, esse modelo compromete a construção de sociedades mais justas. Reconhecer suas contradições é essencial para abrir espaço a outras possibilidades de desenvolvimento, que valorizem a cooperação, a solidariedade e o respeito às múltiplas formas de vida e organização social.

DESENVOLVIMENTO EMANCIPATÓRIO

A ideia de emancipação carrega o sentido de tornar-se livre, independente e capaz de decidir por si, seja no plano individual, social ou político. Segundo o Dicionário Michaelis, emancipar é libertar-se de tutelas, romper com vínculos de dominação e assumir autonomia (EDITORA MELHORAMENTOS, 2025). Esses sentidos são fundamentais para compreender o conceito de desenvolvimento emancipatório, que propõe a superação de estruturas de dominação e dependência sejam elas econômicas, políti-

cas, sociais ou epistemológicas. Emancipar, nesse contexto, é romper com um modelo de desenvolvimento que historicamente reproduz desigualdades, explora o meio ambiente e silencia saberes diversos. Trata-se de um convite à autodeterminação das comunidades, à valorização de formas plurais de viver e produzir, e à construção de alternativas que respeitem a diversidade e promovam justiça social e ecológica.

O desenvolvimento emancipatório parte de uma concepção distinta. Ele não se limita à liberdade prática, como a de ir e vir, mas abrange também a liberdade de pensamento, de expressão e de escolha sobre os rumos da própria vida coletiva. Ao se contrapor ao modelo hegemônico ocidental, essa abordagem desloca o foco da acumulação para a vida, propondo um desenvolvimento que valorize o equilíbrio entre necessidades humanas e limites ecológicos, e que reconheça a natureza como parte integrante do processo social.

Pensar a questão ambiental dentro dessa perspectiva implica romper com concepções antropocêntricas de exploração e manipulação, valorizando a natureza como parte integrante do processo social. O equilíbrio entre as necessidades coletivas e os limites ecológicos rompe a dicotomia entre natureza e sociedade.

Além disso, emancipar o campo social por meio da garantia de direitos básicos, como saúde, educação e cultura, contrariaria o *modus operandi* do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, o desenvolvimento emancipatório se aproxima do que Escobar (2005, p. 81) define no pós-desenvolvimento: “Constituir novas bases para a existência e rearticulações significativas de subjetividade e alteridade em suas dimensões econômicas, culturais e ecológicas”.

Nesse contexto, o desenvolvimento emancipatório também exige uma reconfiguração das relações de poder e da forma como o conhecimento é produzido e legitimado. Ao valorizar saberes tradicionais, comunitários e locais, essa abordagem desafia a centralidade dos modelos tecnocráticos e eurocentrados, promovendo uma pluralidade epistêmica. Isso implica reconhecer que há múltiplas formas de viver bem, e que o progresso não deve ser medido apenas por indicadores econômicos, mas também pela qualidade das relações sociais, pela preservação ambiental e pela capacidade de cada comunidade de definir seus próprios caminhos.

Portanto, o desenvolvimento emancipatório não é apenas uma crítica ao modelo dominante, mas uma proposta ativa de transformação. Ele convida à construção de alternativas que respeitem a diversidade, promovam justiça social e ecológica, e fortaleçam a autonomia dos povos. Ao deslocar o foco da acumulação para a vida, essa perspectiva amplia os horizontes do debate sobre desenvolvimento, tornando-o mais sensível às urgências contemporâneas e às possibilidades de futuros mais equitativos e sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisa diferentes abordagens sobre o desenvolvimento, destacando contrafaces teóricas que se contrapõem à visão clássica, muitas vezes mimética e predatória, que reproduz e consolida desigualdades. O conceito de **“contrafaces do desenvolvimento”** foi utilizado para mostrar que a preocupação pode abranger diversas formas e que a leitura hegemônica não é a única possível.

Diante do conjunto de contrafaces reunidas Ki-Zerbo, Sen, Furtado e os autores da Teoria da Dependência, este artigo defende, especificamente, um modelo de desenvolvimento endógeno e estruturalista: aquele que subordina a industrialização e o crescimento às necessidades definidas localmente, e não aos padrões externos ao centro do sistema capitalista. Não se trata de negar por completo a industrialização ou a mensuração quantitativa, como discutido a propósito de Furtado e de Sen, mas de disputar a quem serve e sob que condições cada instrumento de desenvolvimento é mobilizado. É esse critério a origem endógena ou exógena das decisões de desenvolvimento que permite diferenciar as contrafaces aqui reunidas do modelo tradicional criticado.

A análise teórica permitiu identificar duas vertentes principais: o desenvolvimento predador, marcado pela lógica economicista e pela mercantilização das relações sociais; e o desenvolvimento emancipatório, inclusivo e sustentável, que incorpore dimensões culturais, sociais e ecológicas.

O desenvolvimento emancipatório não se propõe como solução única, mas como alternativa que amplia a compreensão do conhecimento para além da economia. Em contraste, o desenvolvimento predador permanece condicionado à acumulação e à concentração de riqueza. Defende-se, portanto, a necessidade de pensar o desenvolvimento de forma inclusiva e heterogênea, respeitando as realidades diversas e assegurando a autonomia cultural e ideológica. Nessa visão, indivíduos e natureza são protagonistas na tomada de decisões e na autodeterminação.

Esta pesquisa não apresenta um modelo prescritivo de desenvolvimento, mas sim uma alternativa de leitura que permite questionar e ampliar o entendimento sobre o tema. Ao propor essa leitura alternativa, o trabalho contribui para o debate sobre os caminhos possíveis do desenvolvimento, especialmente em contextos marcados por desigualdades históricas e estruturais. A valorização de perspectivas plurais permite não apenas ampliar o repertório teórico, mas também fomentar práticas mais justas e contextualizadas, que respeitem os saberes locais e promovam a equidade. Assim, o desenvolvimento deixa de ser um fim em si mesmo e passa a ser um processo dialógico, construído coletivamente, onde diferentes vozes e experiências têm espaço para se

manifestar e influenciar decisões. Essa abordagem crítica e reflexiva abre caminhos para políticas públicas mais sensíveis às realidades diversas, fortalecendo a democracia e a justiça social.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual**: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

BOAS, Frantz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2015 [1978].

CARDOSO, Fernanda Graziella. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. Paco Editorial, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CHAVES, Evenice Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. **Psicologia em estudo**, v. 8, n. 2, p. 29-37, 2003.

CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da; OLIVEIRA, Cíntia Gonçalves de; SOUZA, Dércio Bernardes de. Rostow e os estágios para o desenvolvimento. *In*: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 11-16.

D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos. **Decrescimento**: vocabulário para um novo mundo. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

EASTERLY, William. **O Espetáculo do Crescimento**: aventuras e desventuras nos trópicos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

EDITORA MELHORAMENTOS. Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Verbetes: Emancipar**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/emancipar/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

EDITORA MELHORAMENTOS. Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Verbetes: Predar**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/predar/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 133-168, 2005.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Nacional, 1967.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

JÚNIOR, João Feres. **Introdução a uma crítica da modernidade como conceito sociológico**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 15, n. 2, p. 28-41, 2010.

KALDOR, Nicholas. Capital accumulation and economic growth. In: LUTZ, Friedrich A.; HAGUE, Douglas C. (Ed.). **The Theory of Capital**. London: Macmillan, 1961.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LUCAS, Robert E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, n. 1, p. 3-42, 1988.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000 [1973].

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

PESSINA, Maria Elisa Huber. **O Ideário de Desenvolvimento Pós 1990 e as Mudanças na Cooperação Internacional Não Governamental**: entre as circunstâncias e as peculiaridades do Caso Alemão. Salvador. 2012.

PIVOTO, Dieisson; CARUSO, Cíntia de Oliveira; NIEDERLE, Paulo André. Schumpeter e a teoria do desenvolvimento econômico. In: NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 17-28.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1949].

RAMIREZ, Clinton. La ideologización del pensamiento de Adam Smith. **Revista Economía del Caribe**, n. 3, p. 39-85, 2009.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**: (um manifesto não-comunista). Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SANTOS, Elinaldo Leal *et al.* Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, Santa Catarina, vol. 2, n.1, p. 44-61, 2012.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. São Paulo: **Trabalho e Emprego** • Estud. av. 18 (51), ago. 2004.

SOLOW, Robert M. **A contribution to the theory of economic growth**. Quarterly Journal of Economics, v. 70, n. 1, p. 65-94, 1956.

THATCHER, Margaret. **The downing street years**. New York: Harper Collins, 1993.

A BALANÇA COMERCIAL DE RIBEIRÃO PRETO DE 1997 A 2025: ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS¹

BIANCA MARCOLINO PERDIZ²

Universidade de Ribeirão Preto, Brasil

bperdiz@unaerp.br

GUILHERME HENRIQUE SPONCHIADO SERRA³

Universidade de Ribeirão Preto, Brasil

gserra@unaerp.br

JÚLIA ZI XING HUANG⁴

Universidade de Ribeirão Preto, Brasil

jhuang@unaerp.br

LIVIA MARIA FALOPPA⁵

Universidade de Ribeirão Preto, Brasil

lfaloppa@unaerp.br

CAMILLA SILVA GERALDELLO⁶

Universidade de Ribeirão Preto, Brasil

cgeraldello@unaerp.br

Resumo: O estudo analisa a evolução da balança comercial de Ribeirão Preto entre 1997 e 2025 acerca das importações, evidenciando mudanças estruturais e a diversificação econômica do município. Entre as importações sobressaíram instrumentos e aparelhos de óptica e médico-cirúrgicos, caldeiras,

1 O presente artigo constitui um recorte temático de uma pesquisa mais ampla realizada pelo núcleo de pesquisa de Relações Internacionais e consultoria em comércio exterior (NEPRI/NECCEX) sobre a balança comercial de Ribeirão Preto, focando-se exclusivamente na análise da importação municipal e excluindo-se, para fins deste estudo, a componente de exportação.

2 Estudante de Relações Internacionais e Estagiária no núcleo de pesquisa de relações internacionais e consultoria em comércio exterior (NEPRI/NECCEX) da Universidade de Ribeirão Preto, Brasil. E-mail: *bperdiz@unaerp.br*

3 Estudante de Relações Internacionais e Estagiário no núcleo de pesquisa de relações internacionais e consultoria em comércio exterior (NEPRI/NECCEX) da Universidade de Ribeirão Preto, Brasil. E-mail: *gserra@unaerp.br*

4 Estudante de Relações Internacionais e Estagiária no núcleo de pesquisa de relações internacionais e consultoria em comércio exterior (NEPRI/NECCEX) da Universidade de Ribeirão Preto, Brasil. E-mail: *jhuang@unaerp.br*

5 Estudante de Relações Internacionais e Estagiária no núcleo de pesquisa de relações internacionais e consultoria em comércio exterior (NEPRI/NECCEX) da Universidade de Ribeirão Preto, Brasil. E-mail: *lfaloppa@unaerp.br*

6 Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Brasil (2021). Professora assistente da Universidade de Ribeirão Preto, Brasil. E-mail: *cgeraldello@unaerp.br*

máquinas e aparelhos elétricos, refletindo a demanda local por tecnologia e insumos industriais. O desempenho importador foi influenciado por uma resposta a avanços tecnológicos, necessidades do setor de saúde e investimentos industriais. A pesquisa utilizou dados do Siscomex e ComexStat, complementados por relatórios institucionais e estatísticas do IBGE e EMBRAPA, permitindo contextualizar tendências e oscilações ao longo do período.

Palavras-chave: balança comercial; Ribeirão Preto; importação.

RIBEIRÃO PRETO'S TRADE BALANCE FROM 1997 TO 2025: AN ANALYSIS OF THE MAIN IMPORTED PRODUCTS

Abstract: This study analyzes the evolution of Ribeirão Preto's trade balance between 1997 and 2025, highlighting structural changes and economic diversification. Imports prominently featured optical and medical-surgical instruments and apparatus, boilers, and electrical machinery and appliances, reflecting the local demand for technology and industrial inputs. Import performance was driven by a response to technological advancements, health sector needs, and industrial investments. The research used data from Siscomex and ComexStat, supplemented by institutional reports and statistics from IBGE and EMBRAPA, to contextualize trends and fluctuations throughout the period.

Keywords: trade balance; Ribeirão Preto; import.

I. INTRODUÇÃO

A história econômica de Ribeirão Preto é marcada por uma contínua e bem-sucedida diversificação, evoluindo de um centro exportador de café para um polo moderno, inicialmente ancorado na agroindústria canavieira e, mais recentemente, expandindo para setores de alta tecnologia e serviços. Essa evolução gerou uma demanda crescente por bens importados de alto valor agregado.

Essa transformação é refletida no fluxo de importações do município, que tem apresentado forte crescimento desde os anos 2000, chegando a superar o valor das exportações em 2024, considerando os dados da plataforma ComexStat. Essa aquisição de produtos estrangeiros é essencial para a modernização da agroindústria e a consolidação do polo de saúde local.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar os principais produtos importados por Ribeirão Preto no período de 1997 a 2025, com base em dados do ComexStat. A análise da série histórica revela o domínio de itens de médio e alto grau de industrialização, entre os quais sobressaíram três principais grupos: instrumentos e aparelhos de óptica e médico-cirúrgicos; reatores nucleares, caldeiras, aparelhos e instrumentos mecânicos; e máquinas, aparelhos e materiais elétricos. A relevância desses grupos está diretamente ligada aos eixos de desenvolvimento de Ribeirão Preto, que necessita de equipamentos de precisão para seu polo médico e bens de capital para sua cadeia industrial.

Assim, o trabalho está organizado da seguinte maneira: a seção seguinte detalha as importações de modo geral da cidade por meio da coleta de dados no Siscomex e ComexStat (2025). Posteriormente, a seção de análise das importações examina a série histórica de cada um dos grupos, relacionando suas oscilações com fatores econômicos e de saúde pública. Por fim, as considerações finais resumem como o padrão de importação de Ribeirão Preto reflete sua crescente complexidade econômica e integração internacional. Para entender o alcance dessa transformação, foram examinados os dados concretos das importações realizadas pelo município no período delimitado. A seção a seguir apresenta um panorama geral dessas aquisições, destacando os principais grupos de produtos e parceiros comerciais que configuram a pauta importadora de Ribeirão Preto.

AS IMPORTAÇÕES DE RIBEIRÃO PRETO DE 1997 A 2025

As importações de Ribeirão Preto têm apresentado um forte crescimento desde os anos 2000, com um valor Free On Board (FOB) de aproximadamente U\$ 29 milhões em 2024, superando o valor das exportações (Comexstat, 2025). Entre os principais parceiros, em 2024 e 2025, a China representa 29% das importações e logo em seguida, os Estados Unidos com 16% e Israel com 9% das importações (Comexstat, 2025).

O grupo de instrumentos e aparelhos de óptica destaca-se como o primeiro item nas importações de Ribeirão Preto, atualmente representando cerca de 4,3% das importações, tendo origens diversificadas, como EUA e até alguns países asiáticos (como China e Coreia do Sul) (Comexstat, 2025). Isto porque, de acordo com o Fernandes *et al* (2024), a relevância desta categoria justifica-se pelo fato do município se destacar como um polo acadêmico de medicina, com várias universidades e faculdades, hospitais públicos e privados, e a localização geográfica que amplia a demanda não só da população da cidade, mas também da região metropolitana.

Já o grupo de Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (segundo item) apresentou maiores oscilações nas importações, chegando a um valor FOB de U\$ 40 milhões em 2022, sendo importado especialmente da China e alguns países da América Latina, segundo dados da ComexStat. Esta categoria reforça o polo industrial da região, dado que a região administrativa de Ribeirão Preto conta:

Com uma economia diversificada a partir da cadeia industrial do agronegócio - destaque para fabricação de produtos alimentícios e máquinas e equipamentos - a Região Administrativa de Ribeirão Preto tem presença de importantes polos de desenvolvimento tecnológico do setor sucroalcooleiro, principalmente, nas áreas de biotecnologia, energia limpa e novos materiais. (DESENVOLVE SP, s. d.).

Por fim, o grupo de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão (terceiro item) representa cerca de 1,2% das importações em 2025, porém, representa um dos maiores valor FOB das importações, sendo importado principalmente dos EUA e Israel, países que são detentores de alta tecnologia (Comexstat, 2025). Deste modo, considerando estas três categorias, os principais países de origem destes produtos são: China, Estados Unidos, Países Baixos, Coreia do Sul, Alemanha, México e Israel. Com ênfase para a China e os Estados Unidos que são considerados os principais parceiros comerciais do Brasil (ComexStat, 2025). A seguir detalhamos essas importações.

O panorama geral revela a predominância de três grandes categorias de produtos. A primeira delas, e a mais expressiva em termos de valor acumulado, é a de instrumentos e aparelhos de óptica e médico-cirúrgicos. Na subseção a seguir, será analisada a série histórica das importações desse grupo, com dados desagregados do ComexStat para o período. A exposição será acompanhada de um gráfico com a evolução do valor FOB anual, e a interpretação das oscilações será contextualizada à luz de eventos econômicos (como a crise cambial de 1999), sanitários (como a pandemia de COVID-19) e institucionais (como o Pacto pela Vida), além de referências a estudos de Fernandes *et al.* (2024) e Hino *et al.* (2011).

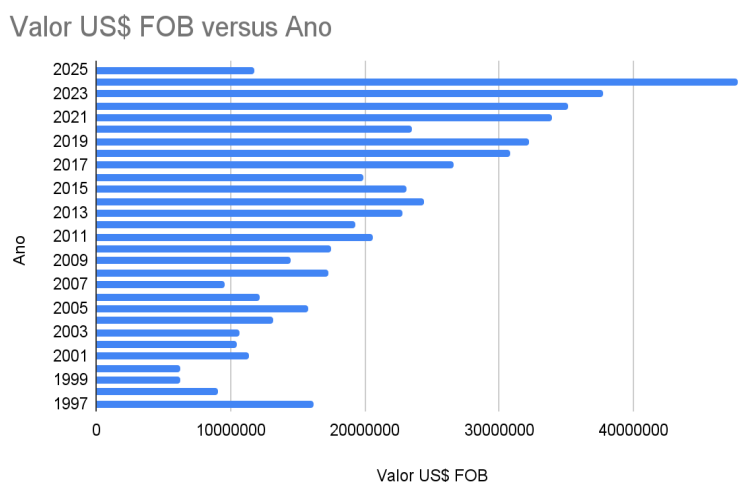
II.1. INSTRUMENTOS E APARELHOS DE ÓPTICA E INSTRUMENTOS E APARELHOS MÉDICO-CIRÚRGICOS⁷

Os itens que compõem a categoria de Instrumentos e aparelhos de óptica e médico-cirúrgicos abrangem tanto aparelhos médicos quanto uma ampla gama de instrumentos ópticos, fotográficos, de mediação e científicos, conforme indicado na nota de rodapé 7. Neste sentido, a cidade de Ribeirão Preto é um importante polo tecnológico, acadêmico e médico no interior de São Paulo, e apresentou variações significativas nas importações de instrumentos ópticos e médico-cirúrgicos entre 1997 e 2025, como apresentado na Figura 1. Essas oscilações são atribuídas a fatores econômicos, tecnológicos e políticos que influenciaram a demanda e a capacidade de importação desses produtos.

De acordo com Fernandes *et al.* (2024), a fabricação de materiais cirúrgicos geralmente é realizada por várias empresas, cada uma responsável por uma etapa do processo, que envolvem fundição, forjamento, processamento de plástico, design, controle de

7 Siscomex (2025), disponível em: <https://portalunico.siscomex.gov.br/classif/#/nesh/consulta?id=122845&dataPesquisa=2025-10-23T19:02:36.000Z&tipoNota=3&critério=Instrumentos%20e%20aparelhos%20de%20%C3%B3ptica%20e%20instrumentos%20e%20aparelhos%20m%C3%A9dico-cir%C3%BArgicos&tab=11761246366131>

Figura 1. Importações de instrumentos e aparelhos de óptica e instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos em Ribeirão Preto (1997 - 2025)



Fonte: ComexStat (2025).

qualidade e produção em larga escala. Cada empresa possui seu próprio sistema de produção. Algumas importam matérias-primas e realizam a produção própria, enquanto outras fazem o controle de todo o processo (Comexstat, 2025).

Em 1997, Ribeirão Preto estava com os níveis de importação elevados se comparado aos anos posteriores, dado que a dependência em tecnologia estrangeira era presente e o Hospital das Clínicas passava por um crescimento no número de pacientes, aumento no número de leitos, acarretando aumento na demanda por instrumentos e aparelhos médicos. Porém, com a crise cambial de 1999, as importações encareceram e houve redução nas aquisições de aparelhos médicos e ópticos (Rodrigues; Silva e Kiss, 2022).

A partir dos anos 2000 é perceptível como os dados do valor FOB apresentam um crescente aumento de importações. Isso ocorre pelo fato de Ribeirão Preto e região apresentarem casos de dengue, hanseníase e tuberculose que, consequentemente, ocasionaram um aumento na procura por atendimento médico principalmente em áreas mais carentes (Hino *et al*, 2011). Deste modo, foi assinado em 2006 um compromisso entre os gestores do SUS acerca das prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira ("Pacto pela vida"). Entre as seis prioridades do pacto, uma cita o fortalecimento da capacidade de resposta às doenças emergentes e endemias, como dengue, hanseníase e tuberculose (Hino *et al*, 2011), apontando a necessidade de unidades de saúde cada vez mais preparadas para atender um número maior de pacientes.

Essa queda a partir dos anos 2000 também interferiu nas importações e obrigou uma substituição espontânea, onde a produção nacional ganhou fôlego por pura força do câmbio “A lógica básica da estratégia de substituição de importações é que essa transformação das economias em desenvolvimento demanda proteção em relação à concorrência com produtos importados” (Baumann; Franco, 2005, p. 191).

Em Ribeirão Preto isto tornou-se possível em decorrência de seus importantes centros médicos como o ambulatório médico de especialidades (AME), o Hospital Haroldo Juaçaba, hospitais dos centros universitários como o Hospital das Clínicas da USP, e o Electro Bonini da UNAERP, sendo a terceira cidade do estado de São Paulo com mais unidades de saúde por habitante, contando com 1.134 unidades, segundo dados do IBGE.

Já o crescimento nos valores de importação a partir de 2021 está relacionado à pandemia de COVID-19. Em média 60% dos municípios brasileiros não possuíam respiradores, o que exigiu a importação emergencial de equipamentos médicos (DataSUS; IBGE, 2020). Em 2023, o uso de dispositivos médicos no país aumentou 1%, impulsionado principalmente pelas importações, que subiram 5,6%. Neste ano, o valor importado chegou a US\$ 6,7 bilhões. (Brasil importou..., 2023).

A relevância do polo de saúde explica a liderança das importações de instrumentos de precisão. Contudo, a base industrial e agroindustrial do município também se reflete com força em um segundo grupo de destaque: o de reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, correspondente ao capítulo 84 do Sistema Harmonizado. Na próxima subseção, serão examinados os dados de importação dessa categoria, também com suporte de gráfico e valores FOB anuais extraídos do ComexStat. A análise buscará relacionar as flutuações observadas com os ciclos de modernização agrícola, a crise financeira de 2009 e a recuperação puxada pela China, com base em referências como MDIC (2010) e Tractian (2025).

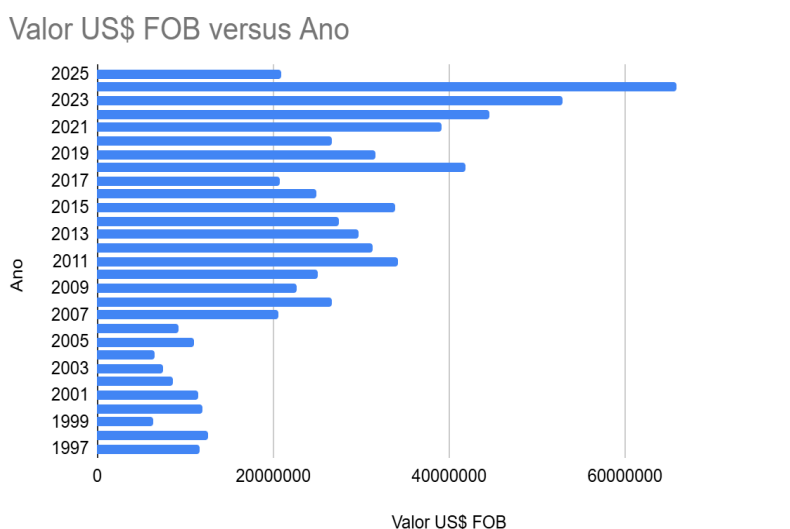
II.2. REATORES NUCLEARES, CALDEIRAS, MÁQUINAS, APARELHO E INSTRUMENTOS MECÂNICOS⁸

Assim como as outras categorias deste artigo que analisa as importações, a categoria de Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes também abrange itens de médio a alto nível de industrialização e valor agregado. A categoria a ser abordada nessa sessão compõe o capítulo 84 do Sistema Harmonizado.

8 Siscomex (2025), disponível em: <https://portalunico.siscomex.gov.br/classif/#/nesh/consulta?id=108849&dataPesquisa=2025-10-23T19:02:36.000Z&tipoNota=2&criterio=Reatores%20nucleares,%20caldeiras,%20m%C3%A1quinas,%20aparelhos%20e%20instrumentos%20mec%C3%A2nicos&tab=11761246313316>

A categoria conta com oscilações significativas nas importações de Ribeirão Preto nos últimos anos, o que ressalta a importância da análise. A Figura 2 mostra o valor FOB anual das importações destes itens.

Figura 2. Importações de reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos de 1997 a 2025 em Ribeirão Preto



Fonte: ComexStat (2025).

A partir dos anos 2000, a região foi impulsionada por políticas que visavam a modernização agrícola para maior competitividade no cenário internacional (MDIC, 2010). Esse cenário explica as oscilações do início do século, dada a composição dos itens da categoria - peças e maquinários industriais. As caldeiras industriais, por exemplo, são compostas por equipamentos de processos de geração de vapor. E, são utilizadas nos segmentos da indústria alimentícia, automotiva e hospitais (Tractian, 2025).

Já a pequena queda de importações em meados de 2009 pode ser explicada pela crise financeira global. Durante esta crise, o setor bancário dificultou linhas de crédito, ocorrendo fuga de capital e forte desvalorização da moeda. Nesse contexto, as exportações e as importações tiveram queda. Porém, nos anos seguintes os níveis são gradativamente recuperados, isso por conta da rápida recuperação da China, principal parceiro econômico do Brasil (Lima, 2013).

Além disso, como mostra a Figura 2, outro período de oscilação, no que diz respeito às importações do município, foi o ano de 2020. Esta outra queda é reflexo da pandemia da Covid-19, na qual as dinâmicas e políticas de contenção da disseminação do vírus tiveram consequências econômicas, sociais e comportamentais. De acordo com dados do IBGE (2020), a economia de Ribeirão Preto sofreu uma leve retração de 0,3% em 2020. Mas, obteve uma boa recuperação pós-pandemia, com o PIB atingindo R\$ 39,9

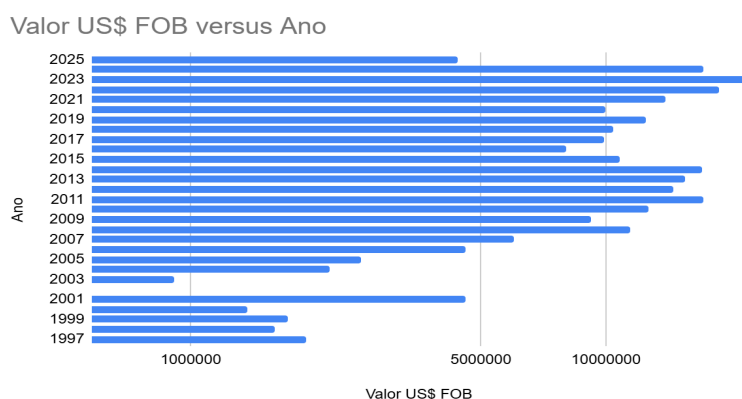
bilhões em 2021, recuperando-se da retração anterior, e em 2022 o PIB cresceu 4,3%, o que explica o crescente montante dos anos posteriores.

Além dos equipamentos mecânicos, a pauta importadora de Ribeirão Preto é marcada por um terceiro grupo relevante: o de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, bem como aparelhos de gravação e reprodução de som e imagem. A última subseção de análise dedicar-se-á a esse conjunto de itens, com base nos mesmos dados do Comex-Stat. Serão discutidas as quedas bruscas observadas em períodos como 2002 (associadas a eventos climáticos e seus impactos econômicos locais) e os picos de importação relacionados à pandemia e à crise global de semicondutores em 2021, utilizando fontes como Silva (2002), Campos e Cavaletti (2015) e reportagens setoriais sobre a escassez de chips.

II.3. MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS; E APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE SOM, APARELHOS DE GRAVAÇÃO OU DE REPRODUÇÃO DE IMAGENS E DE SOM EM TELEVISÃO⁹

Os itens que compõem a categoria de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão são diversos. As oscilações nas importações desta categoria em Ribeirão Preto, como podemos analisar na Figura 3, não são um fenômeno isolado, seguindo os fenômenos globais, nacionais e locais pelos quais a cidade passou.

Figura 3. Importações Ribeirão Preto de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão de 1997 a 2025



Fonte: ComexStat (2025).

⁹ Siscomex (2025), disponível em: <https://portalunico.siscomex.gov.br/classif/#/nomenclatura/84>

A partir dos anos 2001, podemos notar uma queda brusca nas importações, onde temos uma enorme baixa desta categoria, já que no ano de 2002 temos uma enchente que bate recordes de destruição deixando R\$ 2,5 milhões de prejuízo, e foi necessário um investimento de R\$ 6 milhões para tirar a cidade do estado de calamidade, fora os estabelecimentos e famílias que foram afetados, o que pode ter ocasionado um atraso na economia da cidade (Silva, 2002). Já a partir de 2003 tem-se uma fase de crescimento econômico Brasileiro impulsionada por um novo contexto externo favorável relacionado às commodities, o que contribuiu para o crescimento econômico brasileiro (Campos; Cavaletti, 2015). Isto acarretou uma consistência nas importações de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão nos anos seguintes.

Em 2020 com a pandemia global de COVID-19 tivemos um grande aumento no uso de meios tecnológicos devido à necessidade de trabalho e entretenimento remoto o que consequentemente aumentou a demanda de importação para esses produtos. Porém em 2021 houve uma crise no abastecimento das fábricas de eletroeletrônicos que enfrentou e continua enfrentando dificuldades na compra de materiais para a fabricação de produtos como celulares, notebooks e TVs, devido à escassez global de chips importados da Ásia.

Para contornar essa situação teria ocorrido a procura de fornecedores alternativos no Brasil e no exterior, mesmo que com um custo bem mais elevado, além de compras emergenciais em distribuidores independentes, antecipação de pedidos a fornecedores, uso de frete aéreo para encurtar prazos de entrega e, até mesmo, a produção própria dos componentes. Entretanto, as empresas tanto brasileiras quanto internacionais ainda relatam grande dificuldade de encontrar o material, já que há alta dependência dos fornecedores de componentes eletrônicos internacionais, sobretudo da Ásia.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ribeirão Preto, município do interior paulista que, de um pequeno centro agrícola no final do século XIX, tornou-se uma cidade média e urbana até o final do século XX, destacando-se nacionalmente em função da cafeicultura e, posteriormente, da diversificação de suas atividades econômicas (Marcondes; Garavazo, 2021).

O processo de sofisticação da economia, junto com sua vocação agroindustrial, impulsionou uma demanda significativa por maquinários agrícolas e insumos tecnológicos, consolidando a região como um dos principais polos sucroenergéticos e criando uma

cadeia produtiva que requer constante investimento em bens de capital e tecnologia importados.

Paralelamente, a consolidação de um forte polo de saúde e biotecnologia - com hospitais e instituições de pesquisa e referência - transformou o município em um ímã para empresas que demandam produtos de altíssimo valor agregado e complexidade, como equipamentos médicos e insumos farmacêuticos.

Essa junção entre o agro, a indústria e os serviços de tecnologia é o traço definitivo da resiliência econômica de Ribeirão Preto. A cidade soube investir capitais gerados pela agropecuária no desenvolvimento de uma potente indústria de transformação e de um robusto setor de serviços, o que se traduz em um fluxo constante de importação de tecnologia e insumos especializados que alimentam sua contínua reinvenção e a posicionam como um polo dinâmico e estratégico para a economia nacional.

O artigo apresenta como principais limitações o foco restrito a apenas três grupos de produtos, a análise descritiva sem modelagem econométrica, a dependência de dados agregados sem desagregação por porte ou origem das empresas, a ausência de correlação com a produção local e a falta de uma análise sistemática das exportações para compor a balança comercial completa.

Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar o escopo para incluir outros produtos como fertilizantes e farmacêuticos; desenvolver modelos econométricos que relacionem importações a variáveis como câmbio e investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); desagregar os dados por porte e perfil das empresas importadoras; classificar as importações por intensidade tecnológica; realizar estudos comparativos com outros polos regionais; integrar a análise das exportações; investigar a resiliência das cadeias de suprimento pós-pandemia; e avaliar se as importações estão associadas à transferência de tecnologia e cooperação internacional, de modo a subsidiar políticas públicas mais eficazes para a inserção externa de Ribeirão Preto.

REFERÊNCIAS

ABDALA, P. R. Z. **Por que a saúde do brasileiro depende tanto de importações?** Brasil de Fato, Coluna Observatório de Política Externa, 3 set. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/observatorio-de-politica-externa/2021/09/03/por-que-a-saude-do-brasil-depender-tanto-de-importacoes/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

ABIIS. Associação Brasileira de Importadores e Inovadores em Saúde. **Relatório anual do setor 2023**. 2023.

ABIMO – **Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos**. Relatórios setoriais 2023. Disponível em: <https://abimo.org.br>. Acesso em: 21 maio 2025.

ALMEIDA, Joselene Monteiro de. **As crises econômicas mundiais e as variáveis econômicas no Brasil**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Priscilla-Cristina-Ribeiro-2/publication/292984778_AS_CRISES_ECONOMICAS_MUNDIAIS_E_AS_VARIAVEIS_ECONOMICAS_NO_BRASIL/links/56b3fc3608ae1f8aa4535996/AS-CRISES-ECONOMICAS-MUNDIAIS-E-AS-VARIAVEIS-ECONOMICAS-NO-BRASIL.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

Brasil importou 5,6% mais produtos médico-hospitalares em 2023 - Medicina S/A. Disponível em: <https://medicinasa.com.br/importacao-exportacao/>. Acesso em: 9 set. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). **Manual de Importação de Dispositivo Médico**. Brasília, DF: Anvisa, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/portos-aeroportos-e-fronteiras/guias-e-manuais/manual-de-importacao-de-dispositivo-medico.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira**. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br>. Acesso em: 21 maio 2025.

CAMPOS, C. F. S.; CAVALETTI, M. B. Importações brasileiras: um estudo empírico sobre duração e fatores de sobrevivência. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 281–303, 2016. DOI: 10.5935/0034-7140.20160014.

CLASSIFICAÇÃO FISCAL DE MERCADORIAS. Disponível em: <https://portalunico.siscomex.gov.br/classif/#/nesh/consulta?id=108849&dataPesquisa=2025-10-10T18:35:51.000Z&tipoNota=2&critério=Reatores%20nucleares>. Acesso em: 10 out. 2025.

Crise de abastecimento atinge fábricas de eletroeletrônicos. **Época Negócios**, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2021/04/>

epoca-negocios-abinee-falta-de-componentes-gera-atrasos-em-mais-fabricas-de-eletronicos.html. Acesso em: 28 ago. 2025.

DESENVOLVE SP. **Mapa da Economia Paulista: Região Administrativa de Ribeirão Preto**. [S. l.]: Desenvolve SP, [s. d.]. Disponível em: <https://www.desenvolvesp.com.br/mapadaeconomia/paulista/ra/ribeirao-preto/>. Acesso em: 14 maio 2025.

FERNANDES, B.P. *et al.* Importação de instrumentos e aparelhos para medicina. In: Donadelli, L. M.; Geraldello, C. S. (orgs.). **Guia de Exportação e Importação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto**. Curitiba: Editora Bagai, 2024.

FRANCO, A. M. DE P.; BAUMANN, R. A substituição de importações no Brasil entre 1995 e 2000. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 3, p. 190-208, set. 2005.

GREGORY, J. R.; SILVEIRA, M. F. S.; GOMES, A. A. **Importação e exportação de produtos para saúde: guia completo**. Medicina S/A, [s.d.]. Disponível em: <https://medicinas.com.br/importacao-exportacao/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

HINO, P.; VILLA, T. C. S.; CUNHA, T. N.; SANTOS, C. B. Perfil dos casos novos de tuberculose notificados em Ribeirão Preto (SP) no período de 2000 a 2006. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. suppl 1, p. 1295-1301, 2011.

LUSTOSA, P. R. B. *et al.* A indústria de equipamentos médicos e odontológicos no Brasil: uma análise da competitividade. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 1-33, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/8nJNzd8M7dY38mhPnmHwSYk/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2025.

MARCONDES, R. L.; GARAVAZO, J. **Comércio e indústria em Ribeirão Preto de 1890 a 1962**. Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal, 2021. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/adm05202110.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MENDES, J. M. R.; LOUVISON, M. C. P. A regulação do mercado de planos de saúde: disputas, avanços e desafios. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 671-697, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eco/a/NkdcQSPqMHcrC9JxXN9bwG/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2025.

PORTAL ÚNICO SISCOMEX. **Classificação Fiscal de Mercadorias**. Disponível em: <https://portalunico.siscomex.gov.br/classif/#/nomenclatura/84?criterio=84>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PORTAL ÚNICO SISCOMEX. Nomenclatura: **Capítulo 90 - Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, cinematografia, medida, controle ou precisão**. Disponível em: <https://portalunico.siscomex.gov.br/classif/#/nomenclatura/90>. Acesso em: 21 maio 2025.

RODRIGUES, P. H. DE A.; SILVA, R. D. F. DA C.; KISS, C. Mudanças recentes e continuidade da dependência tecnológica e econômica na indústria farmacêutica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, 26 ago. 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Turismo médico em Ribeirão Preto**. 2015. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br>. Acesso em: 21 maio 2025.

SILVA, A. R.; BATISTA, J. R. Economia Aplicada. **Economia Aplicada**, v. 20, n. 1, p. 77, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/issue/download/8431/594#page=77>. Acesso em: 21 maio 2025.

SILVA, S. P. **Apagão causa prejuízo de R\$ 6 milhões em Ribeirão**. Folha de S. Paulo, Cotidiano, 25 fev. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2502200207.htm>. Acesso em: 28 ago. 2025.

TRACTIAN. **Entenda o funcionamento das caldeiras industriais**. Atualizado em 26 maio 2025. Disponível em: <https://traction.com/blog/entenda-o-funcionamento-das-caldeiras-industriais>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VIANA, A. L. D. *et al.* Novas formas de organização e gestão dos serviços de saúde no contexto da globalização: o caso do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 6, p. 2719-2729, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000700062>. Acesso em: 28 ago. 2025.